

ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE
VITÓRIA – EMESCAM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL

ANICÉIA ALVES DE ALMEIDA DE FREITAS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO
CONTEXTO ESCOLAR**

VITÓRIA
2021

ANICÉIA ALVES DE ALMEIDA DE FREITAS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO
CONTEXTO ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para obtenção do grau de mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Área de Concentração: Políticas de Saúde, Processos Sociais e Desenvolvimento Local

Linha de Pesquisa: Serviço Social, Processos Sociais e Sujeitos de Direito

Orientadora: Prof^a Dr^a Angela Maria Caulyt Santos da Silva

VITÓRIA
2021

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
EMESCAM – Biblioteca Central

F862p Freitas, Anicéia Alves de Almeida de
Políticas públicas de educação dos negros no contexto
escolar / Anicéia Alves de Almeida de Freitas. - 2022.
105 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Angela Maria Caulyt Santos da Silva.

Dissertação (mestrado) em Políticas Públicas e Desenvolvimento
Local – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia
de Vitória, EMESCAM, 2022.

1. Educação inclusiva. 2. Negros - educação. 3. Políticas
públicas. 4. Inclusão - educação. I. Silva, Angela Maria Caulyt
Santos da. II. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória, EMESCAM. III. Título.

CDD 371.9046

ANICÉIA ALVES DE ALMEIDA DE FREITAS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO CONTEXTO
ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Aprovada em: de de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Angela Maria Caulyt Santos da Silva
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Maressa Cristiane Malini de Lima
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM
Membro Interno

Prof.^a Dr.^a Gilsa Helena Barcellos
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)
Membro Externo

O Deus, que nos criou e foi criativo nesta tarefa. Seu fôlego de vida em mim me foi sustento e me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

As minhas irmãs, Angelita e Adelita, e a minha sobrinha Jasmine, pelo companheirismo, pela cumplicidade e pelo apoio em todos os momentos delicados da minha vida.

Aos meus filhos, razão da minha vida, Sofia e Stênio, que só olhar para eles, minhas forças e dores patológicas, eram motivadas intensamente.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de mestrado é uma longa viagem, que inclui uma trajetória permeada por inúmeros desafios, tristezas, incertezas, alegrias e muitos percalços pelo caminho, mas apesar do processo solitário a que qualquer investigador está destinado, reúnem contributos de várias pessoas, indispensáveis para encontrar o melhor rumo em cada momento da caminhada. Trilhar este caminho só foi possível com o apoio, energia e força de várias pessoas, a quem dedico especialmente este projeto de vida.

Em primeiro lugar a **Deus**, que fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudos, também por ter permitido que eu tivesse fortaleza e determinação espiritual para não desanimar durante toda a realização desta dissertação, enfim, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos (que não foram poucos), encontrados ao longo da realização de mais esta etapa estudantil.

Aos meus pais, **Jovenil e Dináh**, que nunca mediram esforços para me ensinar o caminho do bem, e sempre me apoiaram em todas as etapas da minha vida, mesmo depois de casada. Sem vocês, eu não chegaria até aqui. Muito obrigada por tudo! O amor que sinto por vocês é, e sempre será infinito.

Especialmente à minha orientadora, **Professora Doutora Angela Maria Caulyt Santos da Silva e Doutor César Albenes**, agradeço a orientação exemplar pautada por um elevado e rigoroso nível científico, um interesse permanente e fecundo, uma visão crítica e oportuna, um empenho inextinguível e saudavelmente exigente, os quais contribuíram para enriquecer, com grande dedicação, passo por passo, todas as etapas subjacentes ao trabalho realizado.

À minha especial professora da Pós-Graduação, **Professora e Doutora Karina Uchôa**, agradeço o apoio e motivação incondicional que ajudou a tornar este

trabalho uma válida e agradável experiência de aprendizagem. Estou grata pela nossa amizade.

À Professora Doutora **Gilsa Helena Barcellos** e também à Professora Doutora **Maressa Cristiane Malini de Lima**, porque me quis honrar com o seu apoio, agradeço a confiança em mim depositada.

Ao meu querido e amado Pai espiritual, **Padre Nelson Antonio Linhares de Souza**, que todos os dias mesmo de outro estado, me remetia mensagens bíblicas e pessoais de coragem, perseverança, fortalecimento, discernimento para superar todos os momentos de cansaço, dores patológicas e de origem emocional, sentimento de tristeza por estar em isolamento não somente pela Pandemia, mas também pelos meus deveres acadêmicos, e pelas frustrações em de certa forma deixar meus compromissos familiares (filhos, esposo), em prol dos meus estudos. Sem suas orientações, oração e carinho para com a minha pessoa, penso que não teria conseguido chegar ao final de mais uma etapa educacional.

À minha irmã, **Angelita Alves Almeida**, pelos conselhos preciosos, pela elevada competência, total disponibilidade e encorajamento naqueles momentos cruciais desta difícil jornada, estou também especialmente grata.

A meus **amigos do mestrado**, pelos momentos divididos juntos, de alegrias, tristezas, exaustão emocional, assédios morais, fadigas (obviamente não poderia deixar de mencionar aqui o fator predominante desses sintomas: a “PANDEMIA”), e neste vai e vem que a vida nos proporcionou, e com o auxílio infinito e principal do nosso “PODEROSO DEUS”, tornaram mais leve a feitura do meu trabalho. Aos poucos nos tornamos mais que amigos, quase irmãos... Obrigada por dividir comigo as angústias e alegrias e ouvirem minhas bobagens. Foi bom poder contar com vocês!

Ao meu esposo **Edivan Paes de Freitas**, meu mais sincero sentimento de empatia, aguentando com firmeza meus delírios e reclamações por motivo plausível referente às minhas patologias de cunho psicológico e ocupacional. A você todo meu amor e carinho.

Por fim, o meu profundo e sincero agradecimento **a todas as pessoas** que contribuíram para a concretização desta dissertação, estimulando-me intelectual e emocionalmente.

Que fez e faz história
Segurando esse país no braço, meu irmão
O cabra que não se sente revoltado
Porque o revólver já está engatilhado
E o vingador eleito
Mas muito bem intencionado
A carne mais barata do
mercado é a carne negra
Na cara dura, só cego que não vê
A carne mais barata do mercado é a carne negra
Tá, tá ligado que não é fácil, né, né mano (SOARES, Elza, 2002).

RESUMO

Este trabalho acadêmico apresentou por objetivos gerais e específicos a acentuação, assimilação e verificação da educação brasileira sob o enfoque de mostrar o conhecimento da população negra por meio de uma linha de tempo/histórica; verificando como a escola tornou-se, por muitos anos, um educandário que difundiu o racismo; pesquisando as causas teóricas que levaram os negros a construir instituições próprias de aprendizagem ao longo do tempo; analisando, sensibilizando, entendendo e valorizando as condições atuais de ensino para os estudantes negros; idealizando assim, novos cenários de ensino/aprendizagem para que esses alunos se sintam parte dos contextos escolares. Cabe ressaltar, que o trabalho acadêmico pesquisa por investigar e confirmar o processo de implementações das legislações educacionais que atuam na vida dos negros e negras no processo educacional formal. Nesse processo alinhava-se a defasagem entre a utopia e o planejado e a realidade. À conjectura a cerca de uma reflexão pautada na educação inclusiva e os seus desafios, ainda presentes, nesta política pública buscando por meio do contexto da diversidade humana, iniciando com uma abordagem de como se é retratada no ambiente escolar. Abrangendo as necessidades educacionais, confere ênfase à ideologia de construção de um estudo acadêmico onde se acentua a inclusão e diversidade diante dos problemas na educação dos negros perante a adaptação pelo professor ao currículo ante a implementação de educação inclusiva. Ainda serão apontados estudos sobre as políticas públicas que norteiam as práticas pedagógicas e a formação de professores referente à Educação dos Negros. A pesquisa foi qualitativa, de revisão de literatura e documental. Foram discriminados sobre o objeto pesquisa em livros artigos, dissertações e teses, produzidas nos últimos cinco anos (2016 a 2020), escolhidos para a feitura da elaboração da presente dissertação. Cabe ressaltar, a opção pela feitura de um regaste histórico, optado por retomar essa trajetória educacional começando pelas últimas décadas do período escravagista (1824), embora mais usualmente o marco inicial para falar da escolarização dos negros no Brasil foi a partir de 1888. De bem como, suscitar reflexões profundas sobre a educação dos negros, tanto no passado quanto na atualidade. Frente aos posicionamentos dos autores, torna-se de extrema necessidade que todos tenham

clareza de que sempre haverá diferenças, mas podemos considerar a possibilidade de reduzi-las, na medida em que haja interesse de oportunizar uma educação de qualidade a todos. Por conseguinte, deve-se haver uma mudança da realidade com o objetivo de minimizar a exclusão dos alunos, pretos ou pardos do sistema educacional. Desse modo, o contexto investigado, não somente obriga-nos rever as práxis, como também a necessidade de contínua formação dos professores ao dimensionar objetivos e estratégias a serem utilizadas, tudo isso a fim de se alcançar um aprendizado de melhor qualidade. Como supramencionado, entendemos que as legislações aqui apresentadas determinam um movimento de pretendimento sentindo a democratização do currículo e dos devidos educandários, suscitando as populações menos perceptíveis e enaltecidas nessas instituições e em suas práticas sociais sejam condecoradas em suas histórias, tomem voz, se envolvam dinamicamente da incessante edificação e reedificação do cotidiano educacional.

Palavras-Chave: Negros. Educação. Políticas Públicas. Educação Inclusiva.

ABSTRACT

This academic work presented as general and specific objectives the accentuation, assimilation and verification of Brazilian education under the focus of showing the knowledge of the black population by means of a time/historical line; verifying how the school became, for many years, an educandary that spread racism; researching the theoretical causes that led black people to build their own learning institutions throughout time; analyzing, sensitizing, understanding and valuing the current teaching conditions for black students; thus, idealizing new teaching/learning scenarios so that these students feel part of the school contexts. It is worth mentioning that the academic work researches for investigating and confirming the implementation process of the educational legislations that act in the life of black men and women in the formal educational process. In this process, the gap between utopia and the planned and the reality was aligned. The conjecture about a reflection based on inclusive education and its challenges, still present, in this public policy through the context of human diversity, starting with an approach to how it is portrayed in the school environment. Covering the educational needs, it gives emphasis to the ideology of building an academic study where inclusion and diversity are emphasized in the face of the problems in the education of black people facing the adaptation by the teacher to the curriculum before the implementation of inclusive education. Studies on public policies that guide pedagogical practices and teacher training regarding Black Education will also be pointed out. The research was qualitative, literature review, and documentary. Articles, dissertations, and theses produced in the last five years (2016 to 2020), chosen for the preparation of this dissertation, were discriminated about the object of the research. It is worth mentioning the option to make a historical record, opting to resume this educational trajectory starting from the last decades of the slavery period (1824), although more usually the initial milestone to talk about the schooling of blacks in Brazil was from 1888. As well as, to raise deep reflections about the education of blacks, both in the past and

nowadays. In view of the authors' positions, it becomes extremely necessary for everyone to be clear that there will always be differences, but we can consider the possibility of reducing them, as long as there is an interest in providing quality education for all. Therefore, there must be a change in reality in order to minimize the exclusion of black or brown students from the educational system. In this way, the context investigated not only forces us to review our praxis, but also the need for continuous teacher training when sizing objectives and strategies to be used, all in order to achieve a better quality learning. As mentioned above, we understand that the legislations presented here determine a movement of pretension feeling the democratization of the curriculum and the due educandário, raising the less perceptible and less praised populations in these institutions and in their social practices to be condecorated in their histories, to take voice, to get involved dynamically of the incessant edification and reedification of the educational quotidian.

Key-words: Blacks. Education. Public Policies. Inclusive Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Racismo Estrutural.....	23
Figura 2 - O professor Pretextado conduziu a primeira escola exclusiva para “pretos e pardos” no século XIX (1854).....	29
Figura 3 - Manchete de jornal no dia seguinte à declaração do fim da escravidão no Brasil em 13 de maio de 1888.....	31
Figura 4- Contexto Racial Pós-Abolição.....	32
Figura 5- Militantes da Frente Negra Brasileira em uma delegação da entidade (local não identificado)	33
Figura 6- Duas cofundadoras do grupo: Arinda Serafim e Marina Gonçalves, ensaiando o papel da “velha nativa” em <i>O imperador Jones</i>	34

LISTA DE SIGLAS

AI-5 Ato Institucional Número Cinco

BDTB Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações

Capes Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior

CNN Cable News Network (Rede de Notícias a Cabo)

EMESCAM Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

FND Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

GMD Grupo Modernidade Colonialidade ou Pensamento Decolonial

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC Ministério da Educação e Cultura

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

SECAD Secretaria de Educação a Distância, Alfabetização e Diversidade

SciELO *Scientific Electronic Library Online*

TEN Teatro Experimental Negro

UFES Universidade Federal do Espírito Santo

UNESCO Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 FUNDAMENTOS LEGAIS SOBRE A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO CONTEXTO ESCOLAR: ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DOS NEGROS.....	28
3 AS CONCEPÇÕES DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO DOS NEGROS/EDUCAÇÃO X PROBLEMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE EXCLUSÃO DOS ALUNOS NEGROS	51
4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS.....	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS.....	74

1 INTRODUÇÃO

Depois que os últimos escravos houverem sido arrancados ao Poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor, será ainda preciso desbastar, por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativo, isto é, de despotismo, superstição e ignorância (NABUCO, Joaquim. “O abolicionismo”, 1883).

O novo paradigma educacional requer contemplar a diversidade de alunos e suas necessidades, habilidades e competências. As dificuldades de aprendizagem, muitas vezes, não estão relacionadas aos problemas pedagógicos, mas a outras instâncias, tais como a não capacitação sucessiva do educador, ambiente escolar despreparado, falta de acessibilidade, políticas públicas, dentre outros, fazem ou permitem com que o aluno continue apresentando os mesmos resultados insuficientes. Isso aponta para a necessidade de uma investigação mais aprofundada, que poderá elucidar as reais causas da dificuldade em questão.

Para Chauí (2016), em geral, costuma-se opor educação como formação e educação como informação, oposição que reaparece quando se distinguem aprendizagem e treinamento, conscientização e pragmatismo, espírito crítico e autômatos.

Então, a escola e os profissionais da educação necessitam observar, estudar e propor ações que possam ajudar esses sujeitos a superar essa dificuldade no decorrer do processo ensino-aprendizagem. Torna-se de suma importância, entendermos que essa dissertação irá abordar a educação dos negros de forma geral.

Esta pesquisa ao centrar no objeto na educação inclusiva, traça um recorte da educação inclusiva dos negros, portanto não se refere à educação especial na perspectiva inclusiva para pessoas que demandam metodologias e recursos por parte da educação para atender às suas necessidades específicas, do público alvo da educação especial: altas habilidades, Transtornos de Desenvolvimento Global

(TGD) e psico motoras, transtorno de espectro autista, surdez, cegueira, deficiências físicas, deficiências intelectuais.deficiências físicas.

Conforme a legislação Lei 9.394/96, em seu inciso III Artigo 4º para o atendimento de estudantes que devem receber atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino.Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de **2020**, que "institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida",

Ademais, apresentam-se alguns processos educacionais pelo qual a educação formal reproduziu com "normalidade", não valorizando a diversidade humana, como a brasileira composta por culturas diferenciadas como a dos negros e a dos índios. E mais recente as culturas que envolvem a diversidade de gênero e de orientação sexual.

O objetivo geral:

-Compreender a educação brasileira sob o enfoque do conhecimento da população negra por meio de uma linha de tempo/ histórica ao verificar como a escola tornou-se, por muitos anos, um educandário que difundiu o racismo. À vista disto salienta também, as causas teóricas que levaram os negros a construir instituições próprias de aprendizagem ao longo do tempo.

Neste íterim, os objetivos específicos são:

-Analisar as condições atuais de ensino para os estudantes negros; por meio de novos cenários de ensino de políticas públicas e práticas pedagógicas;

-Verificar como a escola tornou-se, por muitos anos, um educandário que difundiu o racismo;

-Pesquisar as causas teóricas que levaram os negros a construir instituições próprias de aprendizagem ao longo do tempo;

-Analisar, sensibilizar e entender a valorizando as condições atuais de ensino para os estudantes negros; idealizando assim, novos cenários de ensino/aprendizagem para que esses alunos se sintam parte dos contextos escolares.

No âmbito pessoal por ser de raça negra, durante meu trajeto de vida social a educacional, me deparei com inúmeras situações de preconceito para com a minha pessoa “meus irmãos negros” e demasiadas situações educacionais onde ser negro é ser diferente, ainda é ser tratado como mercadoria. Onde o país brasileiro com seu regime capitalista continua a dividir as raças, equivale a dizer que, a elite brasileira escolheu uma trajetória de desenvolvimento onde a população negra se “permite” ser excluída.

Além de ser professora há 32 anos, sempre lutando por Políticas de Educação que não excluam seres humanos, luto também por justiça, sendo muitas vezes rotulada de “linguaruda, faladeira”. Mas deixo claro que esses rótulos não me incomodam mais, aprendi a crescer profissionalmente dentro desse contexto excludente e racista.

Desta forma, torna-se relevante a análise desta autora, que evidencia em seu artigo:

Escrevi, escrevo e escreverei, já disse, falo e gritarei quantas vezes forem necessárias: somos toda parte de uma mesma existência e não é lícito permanecer atolados em escolhas excludentes do passado, criminosas visto que amparadas na distinção incompreensível da cor da pele. A humanização social é destino a ser conquistado, de forma organizada, corajosa, refletida e embasada, mediante uma decisão de que não haja mais donos e servos, senhores e subalternos dominantes e excluídos, reconhecida como intolerável servidão tão injusta como é a que resulta da cor (CARVALHO, 2018).

A inclusão é única maneira de construir um país democrático, e vem influenciando a formulação e implementação de políticas públicas, bem como vem desafiando a todos a pensar numa educação que não só reconheça as diferenças, mas que faça valer os princípios dos direitos humanos. No Brasil, muito já se avançou, mas há ainda vários desafios a vencer e outros tantos a conquistar, principalmente, no campo educacional, nos seus diferentes níveis e modalidades. O desafio para as

escolas não limita em apenas como lidar com as diversidades, mas, sobretudo entender as várias maneiras pelas quais um aluno deve ser aluno, considerando cada um como um ser em uma fase representativa da vida (CAMPELLO, 2017).

Cada indivíduo possui um caminho distinto na vida, e isto com diferentes condições sociais, emocionais, físicas e intelectuais os quais em grande parte são negligenciadas pelas escolas que utilizam métodos padronizados de ensino. De modo em respeitar as diversificadas formas e compassos de aprendizagem, os ambientes educacionais inclusivos, historicamente associados apenas àqueles que ensinam alunos com deficiência, têm o potencial de garantir a participação dos alunos e, ao mesmo tempo, compreender as especificidades de cada indivíduo em si (FRIAS; MENEZES, 2017).

Considerando a palavra INCLUSÃO, como cita Frias (2017), Menezes (2017); esclarecemos aqui que inicialmente segundo José Pires (2006), a escola inclusiva começou sendo um conceito associado às pessoas com necessidades educativas especiais, mas tal conceito logo foi superado por outro de sentido mais abrangente; de uma pluralidade que se deseja para todos.

E já que a pluralidade se refere às diversas perspectivas sobre os problemas que se põe a todos, a escola inclusiva, frente às diferenças, deve ser uma realidade marcada pela pluralidade e diversidade que a todos deve dizer respeito: pluralidade e diversidade de concepções, pluralidade e diversidade de objetivos, pluralidade e diversidade de sujeitos, pluralidade e diversidade de contextos, pluralidade e diversidade de práticas, numa relação didática inovadora, em que sejam privilegiadas a abertura, o diálogo, as interações interpessoais, desocultados os silêncios dos que não costumam ser escutados e mantidas atitudes de respeito frente à diversidade (PIRES, 2006, p.84).

A diversidade tem sido frequentemente empregada com múltiplos significados, tanto na área social, quanto física, emocional, ambiental e, sobretudo, cultural. Dada a sua amplitude e complexidade conceitual, vale destacar que, neste estudo, diversidade é tratada como variedade e convivência de ideias diferentes, de pessoas diferentes no mesmo espaço onde o paradigma da heterogeneidade sobrepõe o da homogeneidade (SAVIANI, 2014).

Por isso, abarca as concepções da educação inclusiva. Entretanto, as instituições educacionais nem sempre consideram maneiras diferentes de aprender quando organizam sua didática. Embora não haja uma fórmula mágica para a criação de uma escola inclusiva, o foco voltado em processos educacionais mais centrados no aluno, no geral, pode abrir alguns caminhos interessantes no que concerne às diferenças, entendendo o que é comum e o que é específico entre os estudantes (CAMARGO, 2016).

Dessa forma, a relevância de obter uma leitura teórica e metodológica para que este tema escolhido pudesse ser contextualizado, fazendo com que a escola, o professor, reaprendam a contextualizar seu modelo de educação em um modelo teórico de grande amplitude e que minha pessoa possa, sustentar as análises adquiridas por meio de futuras pesquisas e vivências no que se refere à inserção dos fundamentos legais que respaldam a política da educação dos negros no contexto escolar.

As Políticas Públicas de Educação para os Negros, com a persistência de uma Política Pública de caráter hegemônico, persistiram em manter experiências educacionais que não valorizam a diversidade social e étnica nas instituições escolares, ou seja, a escola liberta, mas ao mesmo tempo: segrega, aprisiona conservando valores discriminatórios e preconceituosos.

Como forma do exercício da dominação de classe, a eficácia da ideologia depende de sua capacidade para produzir um imaginário coletivo em cujo interior os indivíduos possam localizar-se, identificar-se e, pelo autorreconhecimento assim obtido, legitimar involuntariamente a divisão social. Portanto, a eficácia ideológica depende da interiorização do corpus imaginário, de sua identificação com o próprio real e especialmente de sua capacidade para permanecer invisível. Pode-se dizer que uma ideologia é hegemônica quando não precisa mostrar-se, quando não necessita de signos visíveis para se impor, mas flui espontaneamente como verdade igualmente aceita por todos (CHAUI, 2016, p.249).

Assim, ainda que, fazendo das palavras da Alvarenga:

No âmbito pessoal, reflete a vivência, a ruptura e o reconhecimento da minha identidade como mulher negra, [...] meu “autorretrato” após esse

entendimento de ser negra em uma sociedade que infelizmente coloca isso como um fardo (ALVARENGA, 2019, p. 15-16).

A partir dessa trajetória, podemos observar que negros e pardos têm papéis sociais profissionalmente definidos na atual sociedade brasileira. Há também um discurso que nega a nossa realidade, principalmente quando dizem que este país é mestiço, por isso não existe preconceito.

Embora esse assunto tenha causado debates acalorados e polêmica, é importante discutir abertamente os problemas enfrentados pelos negros entre os acadêmicos, especialmente nas sociedades informais. Olhar para a história do negro na sociedade brasileira e provar a falta de políticas inclusivas ajudarão a compreender as razões subjacentes ao preconceito e a negação do racismo no Brasil hoje.

Reconhece que há correntes diferentes que tratam do mesmo objeto – a exploração dos seres humanos com imposição de sua cultura a outros seres humanos – tais como se fundamentam os estudos descolonial, decolonial e pós-coloniais. A escolha nesta pesquisa se alicerça na perspectiva descolonial. Sobretudo porque é inculcada, na cultura escolar formal que o Brasil, nosso país, foi “descoberto” por povos europeus, em sua maioria de etnia branca, que aqui aportaram.

Este processo no primeiro momento, por portugueses, e outros povos de nacionalidade diferentes tais como os franceses e holandeses, que travaram em solo brasileiro memoráveis batalhas com os índios, donos da terra. Mais tarde, outros povos ocuparam o Brasil a exemplo do estado do Espírito Santo, na qual a pesquisadora reside em especial, italianos e alemães. Compreende-se que o Brasil fora invadido e não descoberto.

Neste ínterim, para que se torne mais nítido, desta dissertação três conceitos fundamentados em Munanga (2003). Os quais são: raça, racismo e etnia, procurando assim demonstrar as definições desses conceitos e toda a sua significância e seu simbolismo mediante este trabalho acadêmico.

Como a maioria dos conceitos, o de raça tem seu campo semântico e uma dimensão temporal e espacial. No latim medieval, o conceito de raça passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoa que têm um ancestral comum e que, *ipso facto*, possuem algumas características físicas em comum. Em 1684, o francês François Bernier emprega o termo no sentido moderno da palavra, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças. Nos séculos XVI-XVII, o conceito de raça passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois utilizado pela nobreza local que se identificava com os Francos, de origem germânica em oposição aos Gauleses, população local identificada com a Plebe (MUNANGA, 2003).

A conceituação de raça teve sua concepção por meio de uma base biológica, dentro do padrão de raça inferior e raça superior, estimulado através dos estudos e pesquisas de diversos cientistas, entre eles a cientista brasileira Nina Rodrigues. A designada ciência da época privilegiou um grupo de dominadores (minorias), causando desvantagens aos grupos dominados (maioria), época em que os negros eram/viviam sob as ordens e a chibata do dominador. Crendo na soberania de uma raça de “sangue puro”, legalizasse o império da desigualdade, visando com a colaboração da ciência, da religião, da filosofia, do direito, entre outras.

A presença existente de uma raça humana contribuiu com a ideia de que entre os seres humanos há um diferencial de dotes intelectuais, dotes psíquicos e valores morais, ou seja, atesta a ideia da desigualdade numa sociedade preconceituosa em vários tópicos, e que repartida em classes sociais, aumenta e reforça o figurativo e transpõe, no espaço da cultura, ideias que beneficiem a grandeza racial.

Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estes últimos suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas (MUNANGA, 2003).

Não suportar a cultura de outros agrupamentos é, ao mesmo tempo, revelar uma diversidade cultural e, parcialmente, os significados atuais preconceituosos aqui argumentados, mas ainda expor as características negativas do chamado racismo, ressaltado agora não só as particularidades culturais como também biológicas. É ao mesmo tempo, preservar um ideal etnocêntrico, racista e clássico. Enfim, como bem nos fala Kabengele Munanga, em sua palestra “Uma abordagem conceitual das noções de Raça, racismo, identidade e etnia” (2003) “Estamos entrando no terceiro milênio carregando o saldo negativo de um racismo elaborado no fim do século XVIII aos meados do século XIX”.

A convivência preconceituosa entre os grupos transpassa a inexistência de saberes relacionado às cedências culturais que decorrem por meio dos tempos. No caso dos povos vindos da África, ocorreu uma herança nas danças, cânticos, culinária, vestuário, religião, o que contribuiu para um imenso progresso da nossa sociedade, e também um importante patrimônio de práticas culturais, além de um favorecimento ativo na formação da cultura brasileira.

O conteúdo da raça é morfo-biológico e o da etnia é sócio-cultural, histórico e psicológico. Um conjunto populacional dita raça “branca”, “negra” e “amarela”, pode conter em seu seios diversas etnias. Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território (MUNANGA, 2003, p.23).

O significado de etnia, moderno, torna-se sobreposto para atribuir um grupo, tendo em vista particularidades comum e âmbito cultural similar, mostra um avanço, para além das características biológicas, outros fatos passam também a ser essenciais como o nível cultural no qual esses indivíduos estão inseridos, as instituições ou mesmo o contexto na qual essas pessoas se encontram. Ainda assim, esse progresso não significa necessariamente a redução das desavenças entre os muitos grupos humanos.

Sendo assim, pensar uma etnia negra é analisar um grupo de seres humanos que se identificam e são identificadas como se achegando de uma cultura procedente do aglomerado de práticas vivenciadas pelos homens e mulheres negros. E, dessa forma, refletir e partilhar com os próximos (outros) uma história, práticas, valores,

origem em comum, e representações. Mesmo, assim, essa não negaria a viabilidade de compreender como etnias os povos provenientes da África que, no decorrer da época do convívio com o dominante e com os demais grupos sociais, geraram aqui diversas culturas, oportunizando inúmeras trocas.

É de suma necessidade o resgate da consciência/sensibilização quanto à identidade étnico-racial negra, a conscientização de uma política educacional unificadora e igualitária na busca de mudanças quanto à realidade do negro do Brasil.

METODOLOGIA

CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA:

Pesquisa qualitativa.

TIPO DE PESQUISA:

Pesquisa Bibliográfica;

Pesquisa Documental.

INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS:

Levantamento bibliográfico de dissertações, teses, monografias e artigos que objetivaram suscitar reflexões profundas sobre a educação dos negros, tanto no passado quanto na atualidade.

Levantamento bibliográfico de políticas públicas nacionais de inclusão educacional da etnia negra, mediante investigação literária e de dados governamentais sobre os principais desafios para o processo de inclusão no contexto escolar.

Levantamento de documentos que retratam experiências degradantes e empobrecidas de exclusão social.

Critérios de inclusão:

Materiais publicados entre os anos de 2016 a 2020, disponíveis na base de dados da Emescan, *SciElo*, Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações da Capes e no Banco de Teses e Dissertações da Ufes.

ANÁLISE DE DADOS:

Técnica de Análise de Conteúdo.

A pesquisa é qualitativa, de revisão de literatura e documental. A ser pesquisa qualitativa os dados, me permitem compreender a complexidade e os detalhes das informações obtidas (GIL, 2008). Deste modo, na presente pesquisa qualitativa procurará afirmar ao leitor que a finalidade da averiguação não é alcançar a generalização, mas prover paradigmas situacionais à experiência do leitor (STAKE, 2011).

A pesquisa bibliográfica é a pesquisa que consiste na etapa inicial de todo o trabalho científico ou acadêmico, com o objetivo de reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir de determinado tema (GIL, 2008)

Após a escolha de uma temática específica para ser abordada, a pesquisa bibliográfica se limitou ao tema que foi escolhido pelo pesquisador, servindo como modo de se aprofundar no assunto. Desta forma, além de traçar um histórico sobre o objeto de estudo, a pesquisa bibliográfica também ajudou a identificar contradições e respostas anteriormente encontradas sobre as perguntas formuladas (GIL, 2008).

Conforme Gil (2008), a pesquisa acadêmica necessita a efetivação de uma pesquisa bibliográfica. Gil (2008) ainda assinala que: “[...] a pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer fatos passados senão com base em dados secundários” (GIL, 2008, p. 50).

Foi realizada pesquisa bibliográfica que elencou a busca de políticas públicas nacionais de inclusão educacional da raça negra, investigou por meio da literatura e de dados governamentais os principais desafios para o processo de inclusão no contexto escolar, investigou-se também por meio de documentos e de autores renomados, experiências degradantes e empobrecidas de exclusão social.

[...] uma política educativa que contemple um projeto de nação, por meio de uma base curricular que indique objetivos de aprendizagem e defina as chamadas competências básicas para o século XXI, saberes e habilidades a que todos os cidadãos têm direito para viver e participar ativamente na/da sociedade da informação e do conhecimento (CAIMI, 2016, p. 86).

A pesquisa documental é um tipo de pesquisa que utiliza **fontes primárias**, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente. A pesquisa documental tem objetivos específicos e pode ser um rico complemento à pesquisa bibliográfica (LOPES, 2016).

Os documentos analisados podem ser atuais ou antigos, e podem ser usados para contextualização histórica, cultural, social e econômica de um lugar ou grupo de pessoas, em determinado momento da história. Por essa razão, é um tipo de pesquisa bastante utilizado nas ciências sociais e humanas (LOPES, 2016).

O desafio da pesquisa documental está na capacidade analítica do pesquisador em compreender e interpretar os dados de maneira coerente e, a partir de sua análise, chegar a conclusões significativas e que possam contribuir para responder os questionamentos iniciais da pesquisa (LOPES, 2016).

É possível entender então aqui, a formação da pesquisa documental, visto que ela é um assunto não tão estranho assim, para quem já se consultou sobre pesquisa bibliográfica. A diferença crucial é que na pesquisa documental, ainda não houve um filtro analítico, e os materiais podem sofrer reelaboração de acordo com os objetivos da pesquisa (LOPES, 2016).

Na sociedade, o racismo estrutural é algo que afeta acidentalmente certas pessoas, e a função básica da educação é reproduzir a sociedade, socializar corrigindo distorções, manter a homogeneidade das relações sociais e integrar os indivíduos à sociedade.

Portanto, o racismo faz parte da estrutura social brasileira, e se configura quando pessoas negras são excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas, e as instituições agem na perspectiva que privilegiam os/as

brancos/as e mantém suas vantagens em detrimento às vidas negras (GRADA, 2019, p.77).

Almeida (2018) expõe uma visão estrutural de racismo que está profundamente ligado ao racismo institucional que designa suas normas a partir de uma diretriz social especificada. Isso significa que o racismo é uma consequência da organização da sociedade que ordena e concebe como verdade parâmetros e regras baseadas em fundamentos discriminatórios de raça. Almeida enfatiza que o racismo é parte de um processo social, histórico e político que elabora mecanismos para que pessoas ou grupos sejam preconceituosos de maneira metodológica.

Entendo o racismo como norma e não exceção, o autor considera que para a consumação, de uma modificação é necessário aderir condutas antirracistas, como a elaboração de políticas internas nas instituições escolares. O autor frisa que, constatar o racismo como parte da estrutura social não exige o comprometimento dos seres humanos que cometem atos de hostilidade racial. Para o autor, ao assimilar a ordem racista que sustenta a sociedade, nos tornamos ainda mais incumbidos no enfrentamento de condutas discriminatórias e preconceituosas, racionando o silêncio nesse assunto como um mecanismo de conservação do racismo.

No decorrer da discussão sobre o conceito do racismo, Almeida (2018) investiga a classe de discriminação racial que se menciona aos desiguais modos de tratamentos de pessoas pertencentes a comunidades raciais específicas. A ação da segregação racial é procedente dos vínculos de poder que determinados grupos detêm, desfrutando dos benefícios que a classe racial disponibiliza. O racismo é concretizado por meio da rejeição racial estruturada, constituindo-se como um método pelo qual as particularidades de privilégios se alastram entre os grupos raciais e se revelam pelos ambientes, políticos, institucionais e econômicos.

Por conseguinte sendo estrutural, o racismo exterioriza-se na vida em sociedade em suas segregadas proporções e leva as pessoas de raça negras à exclusão igualmente estrutural. Reforço que dessa maneira, o cenário expandido continua o mesmo: a luta por uma sociedade em que as pessoas possam ser capazes de conviver em liberdade, fraternidade desempenhando igualmente os seus direitos. Diante disso, as informações apresentadas por Almeida (2018) não deixam incertezas de que

mesmo com a institucionalização de políticas afirmativas, as desigualdades raciais avançam na vivência do nosso país.

Figura 1 Racismo Estrutural

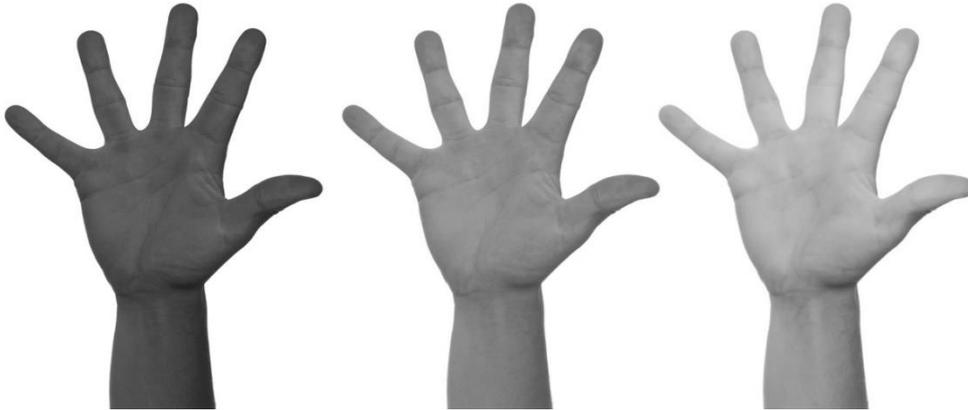


Foto: Tumisu/Pixabay (2014)

Em diversos idiomas, pronúncias e palavras rotineiras e de uso frequente para alguns cidadãos, em determinadas situações, são carregadas de figuras de linguagem e origens racistas, evidenciando desta forma o racismo estrutural como nos afirmará o quadro abaixo:

Quadro 1 - Diversos idiomas, pronúncias e palavras rotineiras de origens racistas, que evidenciam o racismo da raça negra.

IDIOMA	PRONÚNCIA	SIGNIFICADO
Português	inveja branca	inveja boa
	Denegrir	tornar algo negro e diminuir o valor
	dia de branco	dia bom para o trabalho
	coisa de preto	trabalho mal feito

	Mulata	mula
Inglês	Blackmail	Chantagem e extorsão
	black leg	Trabalhador desprezado e preguiçoso
Alemão	Schwarz	Negro
	Schwarzarbeit	trabalho clandestino
	Schwarzfahre	viajar sem bilhete ou entrar no transporte sem pagar de forma ilegal.
Francês	Noir	preto
	faire du marché noir	mercado de contrabando de mercadorias ilegais
	broyer du noir	pensamento pessimista
	caisse noire	suborno
Russo	черная работа	trabalho sujo algo ruim, negativo e ilegal

Fonte: CNN BRASIL (2020). Adaptação da autora.

Apesar das figuras de linguagens e origens racistas destas expressões, de forma instintiva, após anos de uso, as pessoas que falam as inserem e passam a considerá-las "normais e sem intenção ofensiva". Salientam ainda, os ilusórios valores que medeiam esse tipo de linguagem inferindo na sociedade um preconceito racial estruturado.

Há uma ideia na sociedade de não querer que fale de racismo, porque o negro que é racista, por que alguém vai dizer que é branco e também já sofreu racismo. Isso é uma ideia equivocada e por isso é necessário compreender que racismo é um sistema de opressão, que se dá na relação de poder, e hegemonicamente esta relação institucional é de poder branco. O negro que sofreu quase quatrocentos anos de escravismo, a população negra sofre um histórico de racismo cruel, perverso e opressor que exclui, segrega, extermina. As crianças negras têm baixa estima por não se verem nos livros didáticos, e quando aparecem nos livros é de forma estereotipada, não se veem nos currículos escolares, os jovens negros são exterminados todos os dias em um genocídio monstruoso. Precisamos falar de racismo, para extirpá-lo de vez da sociedade, e para isso se faz necessário reeducar, recontar a história omitida pelo modelo educacional e as injustiças impostas aos negros por todo um aparato ideológico, político, legislativo, científico e histórico e buscar reparação e igualdade (MENEZES, 2016, p. 30).

A autora supracitada esclarece que, é de suma importância ascender à educação tantas vezes omissa, a situações de racismo estrutural, abandonando as normas e regras impostas em discursos de princípios das políticas públicas utópicas e corruptas. É importante e necessário reestruturar o engajamento de educadores com os temas transversais, em especial o enfrentamento do racismo, mediante a inovação do currículo sensibilizando o comportamento errôneo, frente à sociedade.

Outro apontamento de destaque sobre o racismo estrutural é que na civilização ocidental, na visão simbólica, a cor preta está relacionada intrinsecamente a uma mancha padronizada e física ou à morte e à corrupção; enquanto a branca tem relação com a existência e a candura. Já na África Ocidental, por exemplo, a imagem de Deus foi retratada por um ser branco, velho e de barba; enquanto o Diabo é mostrado pelo desenho de um menino negro com “chifrinhos e rabinho”.

Grosso modo, podemos dizer que, no que diz respeito à questão da marginalidade, as teorias tradicionais podem ser classificadas em dois grupos. No primeiro, temos aquelas teorias que entendem ser a educação um instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade. No segundo, está às teorias que entendem ser a educação um instrumento de discriminação social, logo, um fator de marginalização (SAVIANI, 2012, p. 3).

Tendo em vista todo o exposto, também averíguo os trabalhos com problemáticas semelhantes que foram realizados, e se vale a pena repetir a investigação. A partir da pesquisa bibliográfica no lastro desta dissertação pude adotar qual a melhor metodologia a ser utilizada para produção do referido trabalho.

Soma-se a isso o fato de que o levantamento bibliográfico dessa dissertação foi normalmente feito a partir da análise de livros, artigos, documentos monográficos, periódicos (jornais, revistas, etc.), textos disponíveis em *sites* confiáveis, entre outros locais que apresentaram um conteúdo documentado. Após a seleção do material, estes foram lidos, analisados e interpretados.

A coleta de dados incidiu-se em revisão de literatura sobre o objeto de pesquisa em livros escolhidos que para a feitura da elaboração desta dissertação e iniciou-se a

partir da questão que objetivou suscitar reflexões profundas sobre a educação dos negros, tanto no passado quanto na atualidade. De forma a evidenciar o que foi produzido em relação ao tema houve levantamento, audição e leitura de fontes diversas a respeito do novo tema de forma mais ampla, produzidas nos últimos cinco anos (2016 a 2020), incluindo publicações indexadas, teses e dissertações na EMESCAM, na *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) da Capes e no Banco de Teses e Dissertações da Ufes.

Utilizaremos nesta pesquisa os termos: negros, educação, racismo, preconceito, contexto escolar, política da educação dos negros.

De acordo com Demo (1987),

[...] a atividade científica é um atributo de todos aqueles que queiram de verdade se dedicar á atividade de descoberta de novos conhecimentos, procurar novas relações onde elas aparentemente são impossíveis, descortinar pensamentos e teorias e colocá-la a serviço do que se pretende entender (DEMO, 1987, p. 39).

Para análise dos dados utilizou-se a técnica de Análises de Conteúdos conforme cita Bardin (1977).

Trata-se de uma fase de organização dos dados com o objetivo de constituir o corpus da pesquisa. O corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos (BARDIN, 1977, p. 96).

A presente dissertação está dividida em cinco seções. A “Introdução”, que é a primeira, contém as contradições, que cercam o tema, política de educação inclusiva: educação dos negros no contexto escolar, a problematização, os objetivos da pesquisa (gerais e específicos), explana-se sobre a escolha do título, no âmbito da área pessoal e social do sujeito excluído, para a educação e para a ciência de forma geral.

A segunda seção se intitula “Fundamentos Legais sobre a Política da Educação dos Negros no Contexto Escolar: Antecedentes Históricos da Educação dos Negros”

aborda a escravidão no Brasil colonial e a escravidão nos dias atuais, trazendo fatos de suma importância para a contextualização da presente dissertação.

“As Concepções de Inclusão na Educação dos Negros/Educação x Problematização do Processo de Exclusão dos Alunos Negros” é a terceira seção, aponta de forma crítica o retrocesso brasileiro nas políticas de educação inclusiva, centralizando a raça negra, nos dois últimos governos federais de nossa República, entre outros apontamentos que presenciaram esta seção.

A quarta seção que se intitula: “Resultados e análise dos dados” por meio da coleta, a partir de referenciais bibliográfico-documentais, dos eixos temáticos elencados na presente dissertação. Finaliza-se com as “Considerações Finais”.

Muitos interpelam que não entendem porque o Brasil não avança, porém torna-se interessante retomar um pouco da história, para entendermos a problemática EDUCAÇÃO, em especial, nesta dissertação a dos NEGROS, lembremos que fomos colonizados por europeus, colonização esta de exploração e não de povoamento como ocorreu em outros países latinos. Não temos como explicar de inclusão social e diversidade da educação dos povos afrodescendentes sem abordar alguns fatos históricos dos povos negros, quebrando paradigmas já incutidos em uma sociedade discriminadora e preconceituosa.

2 FUNDAMENTOS LEGAIS SOBRE A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO CONTEXTO ESCOLAR: ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DOS NEGROS

A partir do referencial de Menezes (2016):

A escola tem função formadora, e, portanto, os currículos hegemônicos de controle precisam ser modificados reconhecendo a educação multicultural e antirracista, a necessidade de formação continuada e o reconhecimento da dívida histórica do Estado com os negros deste país, podendo proporcionar caminhos na construção de uma sociedade sem preconceitos, mais justa e que respeite e valorize as diferenças (MENEZES, 2016, p.104).

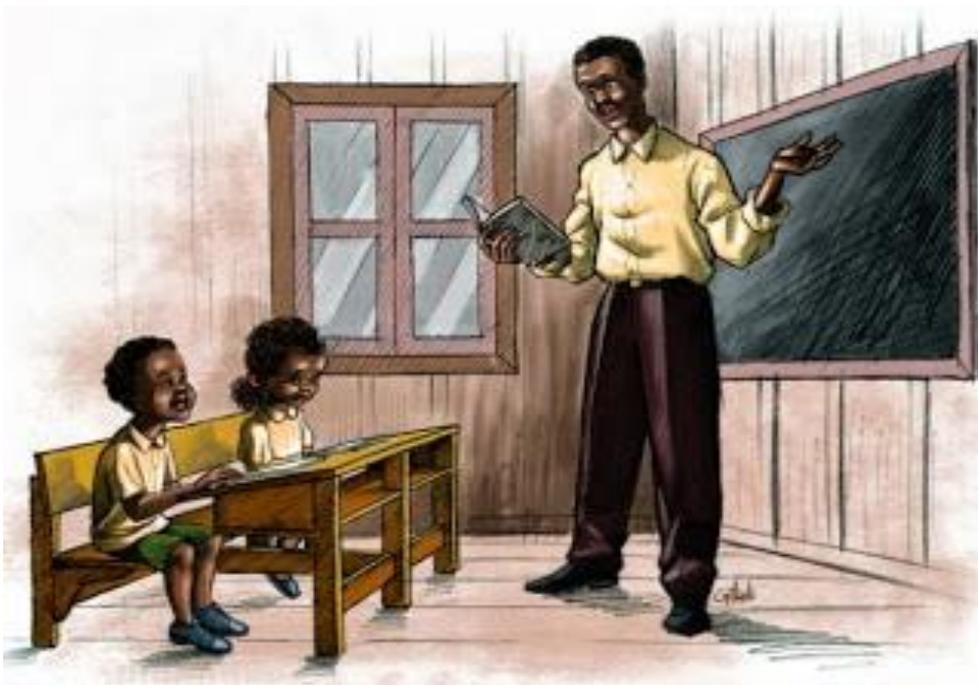
Cabe ressaltar, mesmo que em pleno século XXI, assegura Menezes (2016) que continuamos vivendo em uma sociedade que mantém o preconceito e a discriminação étnico-racial, numa sociedade que ainda não rompeu com as concepções e amarras eurocêntricas que não favoreciam a diversidade cultural e a inclusão em uns países formados por um multiculturalismo entre todas as etnias, como negros e índios.

Ao prosseguir com a discussão acerca educações dos negros, diante dos inúmeros apontamentos, estudos ressaltam, (IBGE, 2018; DE SOUZA; BRANDALISE, 2015; GOMES, 2017; THEODORO et al, 2008; CAMPANTE et al, 2004), que a educação do negro no Brasil, considerando a desigualdade racial do país, é um tema merecedor de atenção especial das/paras Políticas Públicas.

A população negra após a abolição da escravatura obteve experiências relacionadas com a alfabetização, porém, antes de 1888 pessoas que eram escravizadas ou libertadas recentemente naquele ano, tinham direito a pouca educação. Duas ações afirmativas se destacaram: A “Constituição Imperial” de 1824 e as Reformas Couto Ferraz de 1854. Que visavam o direito aos cidadãos de cor, educação primária gratuita, focando dessa forma, os escravos não incluídos, até aqui, diante dos apontamentos, salienta-se possível à entrada da população negra legalmente livre entrar nas escolas.

Em segundo lugar, o Decreto de nº 1.331 de 1854 que rezava: Educação primária e secundária gratuita padronizada, formulada a primeira legislação, tratando da educação de negros livres (ALMEIDA SANCHEZ, 2016). Mesmo que não haja dados quantitativos que comprovem o número exato de negros Com o auxílio da legislação proposta, pesquisas mostravam claramente, (BARROS, 2005) a realidade do ingresso nesses departamentos na escola e a inserção permanente nos ambientes variados da sociedade. Na verdade, a lei não era aplicada em todo o país, descobriu que existiam dificuldades em todos os lugares da escola, nem todos podiam andar por aí, além do ambiente do trabalho, via-se também a importância de se tornar possível para adultos e crianças negras de irem à escola

Figura 2: O professor Pretextato conduziu a primeira escola exclusiva para “pretos e pardos” no século XIX (1854).



Fonte: Disponível em: Acesso em: 10/02/2021.

Outra dificuldade para negros frequentarem a escola, principalmente aqueles Filhos de descendentes (crianças que foram escravizadas ou / e somente eram filhos de escravos libertos), seria que prejudicariam o comportamento cultural e os hábitos do

grupo de pessoas brancas. As crianças negras lamentavelmente eram rotuladas cruelmente como “desprovidas de inteligência cognitiva” (burras), e até mesmo consideradas pela cor da pele de “sujas”. Esse preconceito não se limitou somente às relações interpessoais. Tendo em vista ainda a Educação civilizatória, aquela centrada no modelo europeu, voltada totalmente para o combate à cultura popular principalmente dos povos africanos e afro-brasileiros.

A escola imperial voltada ao ensino de comportamentos adequados, combativa às culturas populares, sob um modelo eurocêntrico de ensino e de sociedade desejada que visava à homogeneização cultural e à invenção de uma cidadania nacional, era vista como condição de progresso do Brasil. Atingia uma parcela pequena da população, estava centralizada em algumas localidades do imenso território brasileiro, enfrentava dificuldades de fiscalização e precárias condições para a atuação e formação de seus professores. Apesar disso, era ela que garantia o acesso de muitos negros libertos à escola; sem promover, todavia, ações visando à criação de condições materiais objetivas de permanência dessa população na instituição. As dificuldades para a frequência e sucesso das crianças negras na instituição escolar eram de dois tipos: a pobreza e a discriminação social e racial (ALMEIDA SANCHEZ, 2016, p. 236).

De acordo com a "Lei do Ventre Livre" de 1871, o governo brasileiro passou a considerar a educação escolar de crianças nascidas de negros livres e partindo das leis das políticas públicas buscou recursos e locais públicos para a escolarização das nascidas de mães escravas (GONÇALVES SILVA, 2000). A discussão sobre a lei do Ventre Livre também dava ênfase dos senhores donos dos engenhos, levar a criança sob custódia ou devolvê-la ao Estado, e este fato não era garantia para que a criança frequentasse uma escola. No conteúdo do relatório do montante de 403.827 crianças, do Ministro da Agricultura em 1885, apenas 113 foram entregues sob a guarda do Estado (FONSECA, 2002).

Enfim, no ano de 1888, foi declarada e publicada em forma da Lei de número 3.353, a abolição da escravatura, pela Princesa Isabel na data de 13 de maio do presente ano.



Figura 3 - Manchete de jornal no dia seguinte à declaração do fim da escravidão no Brasil em 13 de maio de 1888.

Fon/educacao/enete: Jornal O Estado de Minas - 13/05/2016. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/2016/05/13/noticia-especial-enem,762306/128-anos-da-abolicao-da-escravidao-no-brasil.shtml>. Acesso em: 10/02/2021.

Somente em 1879, com a reforma educacional do ensino fundamental e médio de Leôncio Carvalho, decidiram acabar com a proibição de entrada de escravos nas escolas públicas. Gonçalves e Silva (2000) identificaram registros de diferentes realidades, em alguns casos os escravos frequentam escolas noturnas em todas as províncias (BEISIEGEL, 1974; citando PAIVA, 1987); em outras, no entanto, impedia-se a presença destes, assim como de negros libertos e livres nas escolas (PÉREZ, 1995).

No contexto pós-Abolição as principais reformas educacionais seguiram por caminhos que não absorvia a complexidade das relações raciais brasileira, muito menos tinha a intenção de inserir a população negra através de ações de reparação dos danos causados pela escravidão. O projeto educacional traçado para as camadas populares brasileira era a instrução voltada para o trabalho e como mecanismo de coibição contra o “crime”, o “vício” e a “vadiagem”, ou seja, desde

então se passa a associar as “oportunidades” com um olhar meritocrático da responsabilização individual de cada um sobre sua vida e o lugar social que se ocupa (ALMEIDA SANCHEZ, 2016; GONÇALVES; SILVA, 2000).

Figura 4 – Contexto Racial Pós - Abolição



Fonte: Revista Ilustrada, edição 548, ano, 14, 1889.

Paradoxalmente, em 1911, a Reforma de Ribadavia Correa sob aprovação em exames e taxas escolares impede grande parte da população em instituições oficiais (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016 citando GARCIA, 2007). A medida visa “melhorar” o público participante a escola faz escolhas não naturais sobre quem pode entrar na escola.

Apesar das dificuldades, desde o início do século XX, os intelectuais negros ocupavam seus espaços sociais obtidos por meio da educação, muitos dos quais foram responsáveis por criar organizações que lutavam pelos direitos da população negra, conhecido como movimentos Associativos de Homens de Cor (DOMINGUES, 2007). Essa organização garantia à assistência social a população negra. Sendo assim, além de cumprimento de metas caráter político-cultural, foram criadas escolas para a população negra, estas com muitas dificuldades de manutenção por falta de recursos financeiros, mas com êxito cumprindo seu papel da educação dos negros em todos os momentos a educação era visto pelo movimento negro como

uma forma de superar a baixa autoestima (GOMES, 2017); (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016).

Os precursores do Movimento Negro no Brasil reuniam-se em associações como clubes esportivos, entidades beneficentes, grêmios literários, centros cívicos, jornais, organizações políticas. Mesclavam iniciativas educacionais com aquelas de assistência social, jurídica, médica, além de campanhas eleitorais, publicação de jornais. Atuavam, no campo educativo, por meio de tentativas de conscientização da população negra sobre a necessidade de educação e de mobilização social (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016, p. 238).



Figura 5 - Militantes da Frente Negra Brasileira em uma delegação da entidade (local não identificado)

Fonte: Biblioteca Nacional / BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53000662> Acesso em: 13/02/2021.

Na organização do movimento negro, a Frente Negra Brasileira (FNB) se destacou aqui e Teatro Experimental Negro (TEN). A FNB foi fundada em São Paulo em 1931 e visava promover a integração do negro em todas as classes da sociedade. Por isso atuava nas mais diversas áreas, promovendo política, cultura, alfabetização e educação. Ele rapidamente se espalhou para várias frentes nos principais centros, áreas urbanas nacionais, com 20.000 membros. O TEN fundado

no Rio de Janeiro em 1944 foi idealizado pelo intelectual artista plástico Abdias do Nascimento. O grupo estava pensando inicialmente enfatizar o *status* dos negros no drama e retirar o papel dos negros dos personagens em quadrinhos.

Figura 6: Duas cofundadoras do grupo: Arinda Serafim e Marina Gonçalves, ensaiando o papel da “velha nativa” em *O imperador Jones*.

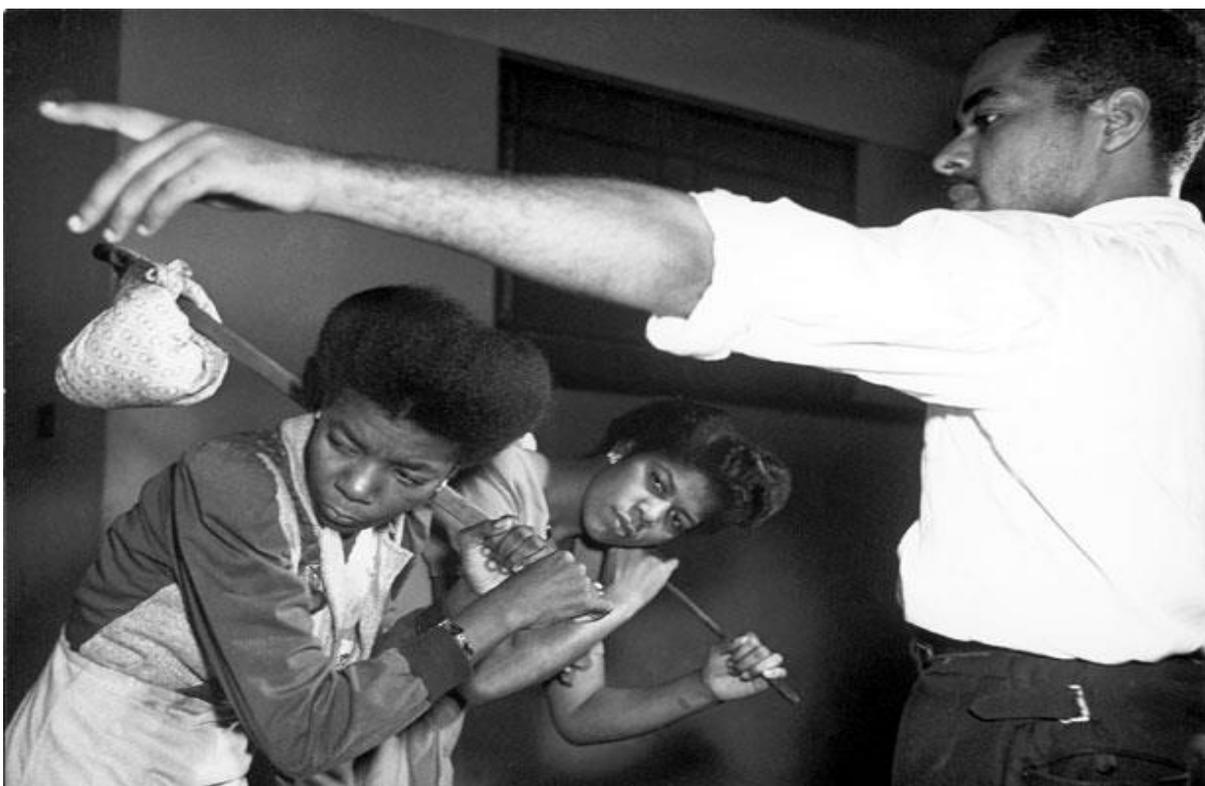


Foto: José Medeiros. Disponível: <https://www.spescoladeteatro.org.br/noticia/teatro-experimental-do-negro-e-tema-de-mesa-de-discussao-na-sp-escola-de-teatro> Acesso em 10/02/2021.

Com este grupo, eles começaram a organizar apresentações importantes, Administradas por negros. O trabalho de Teatro Experimental Negro nos cinemas levou à abertura de outros cinemas, incluiu também, museus e centros de pesquisa (DOMINGUES, 2007), que visava melhorar a cidadania e a consciência política de trabalhadores, empregadas domésticas, etc. entre outros setores menos favorecidos.

No campo das instituições, a Constituição de 1934 instituiu a educação escolar Obrigatório, mas não determinado a ser fornecido em agências oficiais, Portanto, o

movimento negro desse período está autorizado a realizar atividades educativas É totalmente parte da organização.

Com a transformação do sistema político ao Estado Novo (1937-1945), as atividades educacionais e culturais do movimento negro e dos partidos políticos e outras organizações foram obstruídas, deu-se uma tomada de decisão do estado sobre a educação, e tem-se uma unificação onde resultou o Ministério da Educação e Saúde (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016).

Gonçalves e Silva (2000) frisou que a situação do negro na educação nacional é caracterizada pela rejeição e abandono, principalmente no século XX, onde o acelerado processo de urbanização de alguns centros urbanos no Brasil eliminou ainda mais a população de negros do progresso que estava transcorrendo, principalmente no mercado trabalho.

Análises mostram que a pobreza da população eliminava a possibilidade de crianças negras ingressarem às escolas, direcionando-as a praticarem atividades recompensadas monetariamente para complementar renda familiar (GONÇALVES; SILVA, 2000). Por exemplo, pesquisadores do movimento negro que vivenciaram situação análoga em suas infâncias durante o início do século XX, revelam que através de experiência própria puderam ter uma percepção da vida dessas crianças negras à época:

Minha mãe foi uma negra, doméstica, muito lutadora, mas não podia me manter. Ela tinha de me deixar na casa dos outros para poder trabalhar [...] eu sempre vivi maltratado [...] tive uma irmã que veio mais tarde e viveu a mesma circunstância que a minha [...] com ajuda de minha mãe fui trabalhar como entregador de marmitas, menino de recados e ajudante de carpinteiro (GONÇALVES; SILVA, 2000 citando CUTI; CORREIA; LEITE, 1992, p. 23).

No ano anterior à Carta Constitucional de 1946, a Declaração de Defesa Nacional da Democracia foi publicada, a qual buscava inserir as demandas do movimento negro na nova constituição. Porém, devido à falta de apoio parlamentar, sob o motivo de que “rareavam no texto, modelos reais de discriminação racial no Brasil” (GONÇALVES; SILVA, 2000 citando NASCIMENTO, 1981, p. 2), a proposta não foi aceita.

No meio acadêmico, diversos estudos realizados, de acordo com as políticas nacionais, focavam em pesquisas na proteção de uma doutrina democrática racial no Brasil. Dentre exemplos cita-se Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, e também encomendada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1950, Thales de Azevedo edita a obra “As elites de cor: um estudo de ascensão social”. O estudo da UNESCO citou a cidade de Salvador como um exemplo de mobilidade social negra, onde esta classificou a capital baiana como não tendo obstáculos invencíveis para impossibilitar a promoção social de pessoas “de cor” para as classes superiores (AZEVEDO, 1955). Este trabalho visava fortalecer o conceito de um país de todas as raças, vivendo harmonicamente através da chamada "democracia racial".

Com a ditadura militar, iniciou-se um período de retomada democrática, afetando diretamente a vida da população negra brasileira, principalmente dos movimentos negros: assim ocorreu um imenso retrocesso e deslocação de movimentos sociais e questões raciais nas argumentações públicas que seriam interpretados como discurso de ódio e à discriminação da raça. Tais comportamentos não desapareceram, mas começaram a tomar iniciativas esparsas, não enfrentando o sistema político da época. Com o Ato Institucional Número Cinco (AI-5, 1968), foi um decreto realizado em 1968 que inaugurou o período mais sombrio da Ditadura Militar, além de ter reforçado o autoritarismo do presidente. Outro fator de destaque desse fato foi que, importantes líderes negros foram assassinados ou exilados do país, como Abdias do Nascimento, que viveu nos Estados Unidos há quase 13 anos. Nesse período, falar sobre racismo era considerado um ato de marginalização contra a identificação nacional.

Retomando discussões públicas sobre educação do negro no Brasil, esta retornará com o Movimento Negro Unificado no final dos anos 1970, como uma organização de atividade política que vem atuando em múltiplos campos desde a sua constituição, tendo este como um de seus eixos de pretensão, à igualdade de direitos, valorização e respeito das diferenças, sendo que a educação precisaria rechaçar a desigualdade racial (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016).

Em 1986 foi realizada a Assembleia Nacional intitulada “O negro e os Eleitores”, desta forma elaboraram-se recomendações específicas para incluir a condição dos negros na legislação nacional, requisitos como: usar a educação como meio de combate ao racismo, respeitar e valorizar a diversidade e a obrigação de ensinar história negra no Brasil. Muitas recomendações feitas por esses movimentos não constam na Constituição Federal de 1988. Havia motivos para promulgar leis especificamente de uma legislação complementar, nas importantes integrações, como: estabelecer a educação de jovens e adultos como direito para todas as pessoas que não têm acesso à escolarização na idade considerada apropriada; a classificação do racismo dá-se como crime sem fiança e imprescritível, e, por conseguinte a diversidade da composição populacional do Brasil considera-se reconhecida (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016).



Figura 7 - Integrantes da Convenção Nacional do Negro e a Constituinte: Maria Luiza Júnior, Carlos Moura, Hélio Santos, Milton Barbosa e Januário Garcia.

Foto: Acervo pessoal/Maria Luiza Junior. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/o-movimento-negro-e-a-constituicao-de-1988-uma-revolucao-em-andamento> Acesso em: 12/02/2021.

A Constituição Federal de 1988 é considerada aqui um marco no trâmite inicial de garantia de direito à educação da população negra. Mesmo com todas as restrições do documento, não discutido aqui, mas com base em dados da PNAD 1987, o que mostra que há quase 4,5 milhões de pessoas com mais de 60 anos em situação de analfabetismo (aproximadamente 6% da população total do Brasil) podendo deduzir que a maioria da população não alfabetizada, apesar de não comprovada racialmente pelos dados oficiais, é negro. No entanto, discussões sobre políticas específicas de educação para a população negra, além de muitos outros problemas, também esbarra na hipótese de construção social. Identidade étnica causada por uma única raça, causada por discriminação racial, reforçada por fatos falsos de que o Brasil é um país sem racismo. Esta afirmação é uma das defesas dos oponentes da ação afirmativa, defendendo a implementação da política educacional de um país universal.

O termo ação pela igualdade originou-se de discussões nos Estados Unidos nos últimos dez anos. Com a conquista do Movimento dos Direitos Civis Afro-americano, de acordo com as ações adotadas pela conferência, elaborar conceitos e conduzir experimentos temáticos os Estados Unidos, com foco na Lei dos Direitos Civis, no ano de 1964, e na Lei do Direito de Voto. No entanto, os Estados Unidos não são o primeiro país a tomar medidas para reservar assentos para grupos socialmente excluídos como modo de compensação histórica. Experiência conduzida na Índia, Malásia, Austrália, África do Sul, Argentina, Canadá, Nigéria e países da Europa Ocidental possuíram modelos diferentes para a mesma função (RITTER 2018).

A diferença educacional entre brancos e negros brasileiros deve-se principalmente a exploração e o abandono da população negra por centenas de anos. Retratando o desenvolvimento da educação da população no Brasil desde o período colonial, isto posta, ainda que se trate de um direito social limitado a uma parte da população. O Brasil somente durante o período de democratização tem ciência,

que a desigualdade racial do país, por fim, começa a desenvolver legislações e políticas intrínsecas para a população negra. Essas atitudes são introdutórias e precisas. Salientam-se neste trabalho as políticas de ações afirmativas, tomando como foco as legislações criadas, em prol de melhorias nas políticas públicas para a educação dos negros.

Figura 8 - “A ilustração acima mostra as Violações praticadas contra opositores políticos no período da Ditadura Militar são como as que o Estado segue cometendo contra moradores de periferias hoje, a maioria negra”. Ilustração/charge para o artigo ‘Em um país que não conhece seu passado, a barbárie se repete’, de Luiza Sansão.



Fonte: Ponte Jornalismo. Disponível em <http://www.juniao.com.br/chargecartum/> Acesso em: 12/02/2021.

“A ilustração acima mostra as Violações praticadas contra opositores políticos no período da Ditadura Militar são como as que o Estado segue cometendo contra moradores de periferias hoje, a maioria negros”. Ilustração/charge para o artigo ‘Em um país que não conhece seu passado, a barbárie se repete’, de Luiza Sansão.

O tema inclusão, principalmente a que se refere à diversidade cultural étnico-racial, diversidade cultural de gênero, processos de Inclusão; e políticas públicas de educação inclusiva, no contexto escolar, vêm sendo discutido há mais tempo, desde

a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/1996, na qual preconizam ideias de sistemas educacionais inclusivos. Na LDB 9394/1996 em seu artigo 58º é determinado que a educação para alunos com necessidades especiais seja ofertada preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996).

Em seu artigo 3º, esclarece: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1996).

Outras ações afirmativas implantadas na educação brasileira foi a Lei Federal nº 11.645/2008, tem um intuito de, por meio do estudo da História e Cultura da África e dos Povos Indígenas, garantir uma maior equidade de oportunidades que alterem a situação de desigualdade e possibilidade de incluir a população negra nos segmentos mais dinâmicos da sociedade como um todo, dispendo de um domínio institucional que a marginalidade e os quadros eurocêntricos que foram historicamente reproduzidos e legitimados se estagnem.

Como o índio sempre teve sua imagem deturpada, como um ser humano de pouca inteligência, foi adjetivado nos livros didáticos, como inocente, que no período colonial, cambiava os bens materiais da sociedade brasileira com outros povos (os europeus) por produtos com pouco valor material ou até mesmo supérfluos, como espelhos, pentes; muito pouco simpatizantes ao trabalho que, durante o século XIX, período industrial do sistema capitalista, momento em que havia a necessidade de uma grande quantidade de produção de mercadoria e relevância da economia, todos que não aderissem a essa forma de trabalho eram tomados como preguiçosos, contrários aos interesses do mercado. Mas, na verdade, era apenas a sua cultura.

A inclusão dos conteúdos de História da África, História da Cultura Afro-Brasileira e História dos Povos Indígenas constitui fato novo. A narrativa posta historicamente acerca de nossa formação como país e como nação destacou a Europa como centro de nossa história e como nossa herança mais importante. Os povos africanos e

indígenas aparecem na nossa narrativa histórica como elementos coadjuvantes, cuja participação é mais figurativo que determinante.

A história contada nas escolas em relação aos negros e aos índios, por exemplo, ao longo de décadas, contou com o "mito da democracia racial", segundo o qual o Brasil teria sido formado pela participação de três agentes fundadores – o branco, o negro e o índio. Formando uma relação hierárquica, na qual o branco representava o papel de agente condutor do processo histórico, constituindo a matriz da nacionalidade. Negros e índios cumpriam papel acessório, emprestando àquela identidade seus atributos folclóricos (MAGGIE, 1996; FRY, 1995 - 1996; SCHWARCZ, 1999).

A lei 10. 639/2003 propõe a inclusão do negro e do índio, no Brasil, sob uma nova perspectiva reconhecendo sua importância, reconhecendo as suas histórias. Povos africanos e indígenas passam a ser vistos como atores do processo histórico, assim como os povos europeus. Em segundo lugar, a África e a América anteriores à conquista ganham contornos específicos. A África, especialmente, passa a ser percebida na condição de continente, com povos, cultura e ambientes distintos. Finalmente, sua participação nos processos de formação da nacionalidade é redimensionada, de forma a destacar a intervenção ativa que tiveram nos processos históricos que demarcam a trajetória histórica brasileira (COELHO, 2013).

Ainda segundo o este autor, em relação aos povos indígenas, sua história e diversidade são ressaltadas, enquanto que a sua participação nos processos históricos brasileiros deixa de ser percebida a partir da ótica do conquistador – sem esquecer ou negar a violência a que foram submetidos, as ações indígenas são reconhecidas e destacadas. Fica evidente, então, que os instrumentos legais que concretizam a política educacional projetada pretendem redimensionar a memória histórica.

Todavia, os acadêmicos dissimulados, se fragmentam no manutenção de uma atuação/representação negra nos corpos docente e discente, na persistência às proposições de ações afirmativas na educação, dentre elas salienta uma política de aprendizagem que se volte para as relações entre África e mundo, entre as várias

disseminações africanas e a formação intelectual afrodescendente. A descolonização mental/intelectual infelizmente persiste como um desafio sem uma estratégia única de resposta.

Neste interim a posição face à cultura faz parte de uma indagação recorrente, como indica Abdias Nascimento:

Nesse quadro é que acho pertinente uma advertência aos grupos negros que se formam atualmente. É o momento de nos perguntarmos que limites nossa própria cultura, que é manipulada pelo sistema dominante, nos oferece? Temos também frente a ela uma atitude crítica (NASCIMENTO, 1978, p.25).

Após décadas do surgimento do movimento negro de base acadêmica continua-se pugnando pelo direito à universidade e por outras interpretações da formação social brasileira que não sejam apenas variações do mito da democracia racial. Os eventos tem outro porte, outro alcance. Autores e autoras negros publicam, são lidos, pesquisam, orientam, interferem com qualidade em algumas políticas acadêmicas, mas ainda se concentram em determinadas áreas do conhecimento, especialmente as humanidades. Após mais de trinta anos depois repetimos: Nós temos direito a essa instituição. No entanto, o horizonte foi alargado por intelectuais insurgentes que nos antecederam e atravessaram as encruzilhadas das rotas acadêmicas militantes.

Em 2004 o MEC instituiu uma secretaria específica, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), determinantemente imbuída de articular, entre outras questões, a diversidade através das políticas educacionais. Tal órgão procurou aglutinar programas, projetos e ações com o intuito de compor dois departamentos, o de Educação de Jovens e Adultos e o de Educação para a Diversidade e Cidadania, sendo este último subdividido em cinco coordenações gerais: Educação Escolar Indígena; Diversidade e Inclusão Educacional; Educação do Campo; Educação Ambiental; Ações Educacionais Complementares. Bem como a lei 11.645/2008 que inclui a questão indígena nos currículos escolares.

Uma missão para a escola, constituir noções de pertencimento, em relação às quais os agentes sociais estabelecem formas de identificação, tradição e a desconstrução de preconceitos relacionados ao papel dos agentes na conformação da nacionalidade e da nação, com vistas à oferta de uma educação inclusiva. Em suma, ele requer de professores, técnicos e gestores que a educação ofertada satisfaça aos objetivos da Lei: o enfrentamento do preconceito e de seus desdobramentos nocivos na formação de crianças e adolescentes, por meio da construção de uma nova forma de se pensar a formação da nação e da nacionalidade, a escola como um espaço tolerante, diverso e inclusivo.

Tais discussões com as leis específicas, abordamos a lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o estudo da cultura afro-brasileira e africana nas escolas entendendo a dívida cultural que temos em relação aos negros que auxiliaram a construção do Brasil étnica e culturalmente.

Esta lei é um instrumento que marca uma nova postura, um novo posicionamento na educação, especialmente no que tange à forma pela qual a memória histórica é concebida pela compreensão escolar, influenciando no saber e na cultura. É por meio da lei, que se compreende a proposta de formação da nação e da nacionalidade incorporando agentes esquecidos ou dimensionados de forma deturpada, sob uma única ótica, ou visão eurocêntrica, dando margem ao preconceito, e agora, abandonando tal perspectiva, soberana até então, há a possibilidade da formação de um novo entendimento a respeito da formação da história.

Em nosso país, temos visto crescer nos Centros Universitários a assiduidade e o vínculo de inteligências múltiplas por meio de diversos estudos que envolvem os educadores negros e as faculdades no campo, e os conteúdos disciplinares interculturais, as junções com os saberes suburbanos, particularidades estas se espera ocasionar não somente um posicionamento de compreensão das desigualdades sociais, mas, que presuma trocas de conhecimentos cognitivos, e que favoreça concepções e entendimentos diversos do mundo.

Por entretanto, torna-se mister considerar, acerca da insistência do racismo no mundo contemporâneo e das estruturas epistêmicas, assemelha prescrever que formas novas de domínio global abrangeria no contexto, recriando assim novas dinâmicas de poder que fundamentariam, omitiriam e segregariam indivíduos, povos e saberes.

Por conseguinte uma análise interessante dessa inovada forma de colonialidade no campo da aprendizagem é feita por Castro-Gomez (2006), quando expõe como a política de explícitas hoje beneficia os conhecimentos gerados nos países ricos, determinando e progredindo o que os próprios concebem como inovação tecnológica, e estabelecendo com que os saberes e a pluralidade dos países periféricos tornem-se propriedades dos países do norte. Essa operação, que Castro-Gómez (2006), conceitua de póscolonialidade do poder, expressa como novas representações do desenvolvimento, da aprendizagem, do saber fortalecem as organizações existentes e a geopolítica que garante a supremacia de alguns países e a ilustração imperiosa do mundo globalizado.

Diante disso, o mesmo autor chama a atenção para o momento atual em que vivemos. Observa-se que na atualidade um grande conhecimento epistemológico multi ou pluricultural, se aflora como resultado inapropriado executado e planejado pelo capitalismo global, em que conquista maior visibilidade a coexistência de “diversas” formas de conhecimento, com seus métodos próprios de subjetivação e seus modos próprios de pensar a natureza, a saúde, a economia etc.

Destacam-se, assim, movimentos intelectuais e ações de fortalecimento de tradições epistêmicas não firmadas na tradição ocidental, a exemplo das universidades dos povos indígenas, em países andinos. Esses ambientes de certa forma argumentam o controle das universidades tradicionais como única criadora e autenticadora de conhecimentos legalizados e ainda complexificam o saber científico como única forma válida de gerar verdades sobre os processos da natureza e sobre a vida humana.

Neste íterim, quanto, á Lei 10.639/2003, destaca grande relevância, pela política educacional formulada e posta em prática, com mudanças significativas, que coloca para a compreensão escolar, a missão de mudar visões de mundo, desfazer mitos, e trazer à memória a história sob uma nova perspectiva, enfrentando preconceitos.

Estabelecer uma política pública para o estudo da África, da história e suas culturas e do povo brasileiro, e ao mesmo tempo dos índios engajados na crítica e na reconciliação constituíram uma consciência das relações raciais, entre pessoas e grupos sociais. Por isso, superficialmente, não basta respeitar, é preciso saber como se deu uma sociedade em construção, onde alguns dos quais se permitiam explorar os outros e enriquecer com o trabalho dos outros, Possuindo riquezas, enquanto outros geralmente não tinham recursos necessários para uma sobrevivência digna. Então se torna básico a desconstrução da mentalidade do colonialismo, regada desde os primeiros portugueses quando ocuparam esta terra, anos mais tarde, chamada de Brasil.

Com a promulgação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil tornou-se obrigatório e não mais apenas tópicos a serem trabalhados transversalmente em segundo plano. Foram ainda legislações mais eficazes que as anteriores em reavaliar e transformar a educação histórica eurocêntrica que prioriza a cultura europeia sobre as africanas, afro-brasileiras e indígenas. Sem sombra de dúvidas, uma grande conquista dos movimentos negros e indígenas brasileiros (ALVES; CARVALHO; COELHO, 2018).

O evento da escravidão humana, que não atingiu somente os africanos, continua a ser o ponto de partida e único momento de “protagonismo” do negro nos livros didáticos. Simplesmente ignora-se a riqueza e diversidade da História dos povos que habitaram e habitam o continente africano anterior e posteriormente à escravização. Com o foco no negro cativo a História auxilia a tentativa sistemática de eternizar a condição subalterna do negro na sociedade brasileira (SANTOS, 2017, p. 138).

Ao conjecturar ressignificações, transformações, decodificações das mais variadas, e também, estabelecendo as portas para contradições e indeterminações de identidade – e por vezes, integralizadas – em nenhum momento, pensadas. Este movimento transnacional afro-diaspórico de emancipação anticolonial está na raiz política e

teórica no Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, surgido em 1978 em plena ditadura militar brasileira, dos movimentos de mulheres negras que surgem de forma independente em vários países americanos a partir da década de 1980, na teoria da afrocentricidade, proposto pelo estadunidense Molefi Asante, na década de 1980, e dos movimentos como Black Panthers, dos EUA da década de 1960, entre outros contidos neste trabalho dissertativo.

No que concerne aos movimentos foram elencados, a princípio por uma certa ideia de identidade, mas sim da vinculação com as filosofias do conhecimento críticas que torneavam de forma hegemônica nestes contextos como o marxismo (suposto plano da esquerda para dominação cultural), o nacionalismo (expressão de apoio extremista pelos ideais de alguém e valorização total das características de uma nação) ou o feminismo (uma doutrina que preconiza o aprimoramento e a ampliação do papel e dos direitos das mulheres na sociedade). A visível influência estruturalista e pós-estruturalista desta ótica político-teórica, mas também a sua participação, de um caminho, com os estudos subservientes e, do outro, com os estudos culturais e a nova esquerda britânica os municiou para fazer uma crítica às noções significativas de individualidade e sujeito, recentes nos movimentos anticoloniais, bem como o desaparecimento da tematização do civilismo nas convenções.

O que vocês esperavam que acontecesse quando tiraram a mordaça que tapava essas bocas negras? Esperavam que elas lhes lançassem louvores? E essas cabeças que seus avós e seus pais haviam dobrado à força até o chão? O que esperavam? Que se reerguessem com adoração nos olhos? Ei-los em pé. Homens que nos olham. Ei-los em pé. Faço votos para que vocês sintam como eu a comoção de ser visto¹⁴ (SARTRE, 1968, p. 89).

Ao que se refere à discussão acerca presente nos movimentos anticoloniais, bem como à ausência da sistematização do colonialismo nos cânones críticos europeus, para então, mostrar a centralidade de uma cultura, da gramática textual, da linguagem ou linguagem colonial para um regime contemporânea. A partir daí a memória pós-colonial passará a contornar com suficiente força – apesar de sempre às margens – na assembleia do norte global e, em decorrência, em consagrados ambientes de formação de conhecimento nas perímetros conectadas à essas amostras. Neste processo, um grupo de pensadores intelectos latino-americanos, bastante inspirados pela teoria do sistema mundo-capitalista ou pela teoria da subordinação que se reúne

e se influa por essa representação, entretanto depois se aparta dele, em busca de uma identidade e referenciais bibliográficos próprios, sendo estudados, posteriormente como Grupo Modernidade Colonialidade (GMD) ou pensamento decolonial.

Um dos pontos de cisão entre a teoria pós-colonial e o pensamento decolonial, segundo afirmam os protagonistas do segundo grupo, é a demasiada vinculação eurocêntrica do primeiro grupo aos cânones ocidentais do pós-estruturalismo e a ausência de uma reflexão sobre as insurgências ibero-americanas. Aliás, uma das principais apostas do grupo latinoamericano foi a constatação de que, não apenas a Europa criou a América, mas esta, ao ser criada em atos violentos de colonização, forjou também a Europa e o ocidente. Mais do que isso, esses pensadores lembrarão que enquanto os pensadores pós-coloniais focaram nas experiências de independências africanas, ocorridas em meados do século XX, ocultou-se o fato de que, as independências na América Latina ocorreram um século antes.

Desta forma, tornam-se relevante a citação de Marcos Silva e Selva Guimarães (2018), mudanças políticas e educacional, comprometida com uma atenção especial à história da educação básica, pois pelos meios legais, e paradigmas de formação de professores, diretrizes, políticas e modelos para avaliação em larga escala, livros e materiais de ensino, divisões geográficas, influenciados por conservadores neoliberais e grandes empresas, atingindo escolas e salas de aula de todas as regiões de nosso Brasil obrigando a sociedade o que têm que ser lembrado ou esquecido, tornando a memória e a amnésia fortes instrumentos de disciplina social. Como Silva e Guimarães (2018) apontaram, para o grupo dominante, é interessante que a história só pode apaziguar reiterar, e existir dando continuidade de agora para o futuro.

Outro fator de destaque citado por minha pessoa nesta dissertação é a Lei Nº 12.711/2012, que faz parte também da Política de Ação Afirmativa de recorte étnico e racial na educação dos negros.

Em menção de atenuar os efeitos que resultaram, por vários anos de escravidão com o objetivo de abrandar as desigualdades educacionais devido ao racismo, criou-se assim a Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto de 2012, em que garante a reserva de 50% das matrículas nas instituições federais de ensino a partir de uma delimitação econômica e étnico-racial, sendo visualizadas pela maioria da sociedade de maneira depreciativa, ou seja, como sendo um privilégio para algumas pessoas, e prejuízo para outras.

O debate das políticas de ação afirmativa presume a presença de uma sociedade edificada sobre recursos discriminatórios que impossibilitem que estipuladas categorias sociais possam aproveitar dos meios coletivos na mesma medida em que os grupos que ocupam a base da categoria social.

Ao que se refere á discussão acerca dessas políticas públicas definiriam como objetivo principal retificar tais deturpações. É o que se almeja da inserção de políticas afirmativas no Brasil, destarte que vivemos uma sociedade de apartação étnica não declarada (HASENBALG, 2003), em que negros e indígenas estão separados das convivências sociais privilegiadas. Desta forma é possível perceber que há uma “exposição da visão desumanizadora e subalternizante que ainda insiste em hierarquizar povos e culturas, sob-referenciais ainda coloniais” (LIMA, 2018, p.12).

Cabe ressaltar para Campos (2018), em análise principal ao preconceito racial recentemente para ele torna-se mister considerar que:

Com a Proclamação da República no final do século XIX, o Estado Brasileiro intensificou os mecanismos de exclusão dos afro-brasileiros, além disso, aumentou as suas ações a fim de miscigenar a população brasileira, através de investimento voltado para imigração europeia, tendo como finalidade o branqueamento da população brasileira (CAMPOS, 2018, p. 41).

As políticas de ação afirmativa tencionam, com eficácia, revisar as desigualdades de âmbito material e típicas herda das de um tempo primitivo de hostilidade, cujas sequelas no presente são sentidas pelo povo negro discriminado como uma punição, simplesmente pelo fato de possuírem estilos físicos ou socioculturais que os rotulam

como desfavorecidos no cenário das relações sociais. Desta forma torna-se relevante a análise realizada por Siss (2012):

As políticas de ação afirmativa constituem políticas públicas, estatais e de caráter compulsório, elaboradas e implementadas pelo Estado. É o Estado em ação. Sua gestão pode estar a cargo do próprio Estado ou ser por ele delegada. Elas estão voltadas para a promoção e a afirmação da igualdade daqueles grupos ou minorias políticas colocados em posição de subalternização social (SISS, 2012, p. 18).

Neste íterim, a Orientação três da Normativa nº 4 de abril de 2018 (BRASIL, 2018) designa a constatação da autenticidade da autoalegação do candidato que se denominar negro para concorrer pelo sistema de cotas. Esse processo deverá ser feito antes da emissão da validação do resultado final do concurso. O edital do concurso deverá presumir o momento em que a apuração será realizada. Desse modo, o candidato somente será confirmado como negro (preto ou pardo) por meio de vistoria presencial. Para a feitura da confirmação, os órgãos responsáveis deverão compor uma comissão especial, composta por cidadãos designados por gênero, cor e, preferentemente, origem.

Art. 6º O procedimento de heteroidentificação será realizado por comissão criada especificamente para este fim. § 1º A comissão de heteroidentificação será constituída por cidadãos: I - de reputação ilibada; II - residentes no Brasil; III - que tenham participado de oficina sobre a temática da promoção da igualdade racial e do enfrentamento ao racismo com base em conteúdo disponibilizado pelo órgão responsável pela promoção da igualdade étnica previsto no § 1º do art. 49 da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010; e IV - preferencialmente experientes na temática da promoção da igualdade racial e do enfrentamento ao racismo. § 2º A comissão de heteroidentificação será composta por cinco membros e seus suplentes [...] § 4º A composição da comissão de heteroidentificação deverá atender ao critério da diversidade, garantindo que seus membros sejam distribuídos por gênero, cor e, preferencialmente, naturalidade (BRASIL, 2018. p.3).

A educação brasileira passa por mudanças para melhor atendimento a sociedade, associação esta que tanto padece com as discrepâncias sociais inclusa neste país, a diversidade presente e o estandarte levantado por alguns trabalhadores afrodescendentes, levando em conta a democratização (coletivização), que já possui há mais de 20 (vinte) anos.

Nesta lógica realça-se que necessitamos ter um olhar crítico nas ações afirmativas para a população negra brasileira. Devemos respeitar as diferenças e finalizar um trabalho inclusivo em todas as diversas camadas sociais brasileiras.

Ao que se refere acerca da inclusão de caráter étnica e racial, ao lado das características socioeconômicas, configura-se como a primordial cooperação das instituições educacionais de ensino no conflito à desigualdade econômica e social existente entre indígenas, brancos e negros e, são um produto de um processamento histórico de tecnologia social baseada na hierarquização dos grupos.

3 AS CONCEPÇÕES DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO DOS NEGROS X PROBLEMATIZAÇÃO DO PROCESSO DE EXCLUSÃO DOS ALUNOS NEGROS

Para tanto, são necessárias políticas públicas que são um conjunto de programas e ações privadas ou governamentais, com participação de entes públicos ou privados, que se propõe a assegurar direitos de cidadania para todos ou determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico, referentes a tais direitos assegurados constitucionalmente, como demandas da sociedade civil organizada.

Mesmo que estejamos numa época moderna, ainda nenhuma nação conseguiu construir um sistema escolar que atenda aos ideais e intenções de inclusão, conforme definido por diferentes organizações internacionais. A colocação parece ser o critério mais frequente de educação inclusiva, de modo em evitar a segregação, sendo que a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem na educação inclusiva possuem menor prioridade.

Para Gonçalves (2017), o ambiente escolar (gestores, professores, funcionários) necessita buscar caminhos para uma prática educativa que contemple as diferenças, a diversidade e que oportunize condições de aprendizagem para todos os educandos, de maneira que, haja uma prática inclusiva significativa e que essa não se transforme em uma educação excludente. Já que educação inclusiva é o meio que busca incluir todos os alunos no mesmo processo de ensino-aprendizagem, impedindo a segregação, com a finalidade de atender a todos de forma igualitária, independente de ter ou não condições peculiares de aprendizagem.

A educação inclusiva, apesar de enfrentar desafios ligados a ideais e ações, envolve tão somente o direito à educação para todos os alunos, sem exceção. Os valores associados à inclusão possuem seus vínculos com a ideologia interacionista, circundando em torno de companheirismo, participação mútua, democratização, benefício, igualdade de acesso, qualidade, equidade e justiça. A inclusão deve ser primordial em envolver a comunhão e participação na cultura e nos currículos escolares de todos, reconhecendo que a educação inclusiva sugere uma premissa

demasiadamente importante em garantir direitos educacionais iguais para todas as pessoas, independente de raça, nacionalidade, classe social, entre outros.

Segundo Trevisol e Mazzioni (2018):

Em 2013, no grupo dos 25% mais pobres, apenas 50,6% dos jovens de 16 anos concluíram o Ensino Fundamental, enquanto entre os mais ricos o percentual é de 90,1%. Similar desigualdade se verifica entre negros e brancos. Enquanto 76,5% dos brancos concluíram esse nível de ensino, o percentual de negros é de 60%. São as crianças dos ricos que mais frequentam as escolas de 4 e 5 anos (92%). O percentual entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres é de 75%. De acordo com dados recentes do IBGE (2017), a taxa de analfabetismo em 2016 era de 7,2%, sendo que o percentual de analfabetos entre negros (9,9%) é mais que o dobro da de pessoas brancas (4,2%). As desigualdades demonstram que os desafios da universalização não são pequenos e vão muito além de o acesso à escola; precisa articular políticas públicas de acesso, permanência, aprendizagem e conclusão dos níveis de ensino (TREVISOL; MAZZIONI, 2018, p. 19).

Entre os princípios fundamentais da educação inclusiva, encontra-se o livre entendimento de que o acesso à educação é indispensavelmente um direito incondicional para todos. Como base em uma sociedade democrática, a educação inclusiva é o pilar de uma sociedade promissora, nada mais do que a consequência natural de uma escola de qualidade universal.

A inclusão, mais que o princípio de uma política educacional, pensar em infraestrutura, no aperfeiçoamento contínuo de professores e a criação e disponibilidade de acessibilidade nas escolas. Incluir é um movimento que demanda transformações sociais e culturais dentro de um contexto escolar que se caracteriza através da diversidade nos processos de aprendizagem e desenvolvimento, o que, em outras palavras, pressupõe compartilhar responsabilidades entre todos os atores do sistema educacional.

A educação inclusiva é dos mais importantes desafios em articulação e integração, a partir de uma perspectiva inclusiva em todos os sentidos, quebrando paradigmas de que as escolas e comunidade entendam que todos fazem parte de um mesmo grupo e que os professores também fazem parte de um corpo docente mais amplo. O que acontece em uma sala de recursos multifuncionais, que complementa ou orienta a educação dos alunos, precisa ser destacadamente refletido nas salas de aula.

As instituições de ensino são responsáveis por apoiar a inclusão no sistema educacional de estudantes provenientes de todas as diversidades onde planos e programas devem ser elaborados e desenvolvidos através de medidas adotadas conforme políticas públicas que garantam à escolaridade, e daí a cidadania, desses alunos.

Apesar de alguns retrocessos, e coincidindo com uma crescente educação a nível mundial voltada para todos os movimentos, o Brasil teve importantes avanços no campo das políticas educacionais inclusivas destinadas a garantir o acesso e a permanência de todos na escola.

Ainda assim, e mesmo que em pleno século 21, assegura Menezes (2016) que continuamos vivendo em uma sociedade que mantém o preconceito e a discriminação étnico-racial, numa sociedade que ainda não rompeu com as concepções e amarras eurocêntricas que não favorece a diversidade cultural e a inclusão em um país formado por um multiculturalismo entre todas as etnias, como negro e índios.

As contribuições seguem em direção ao Pensamento Negro Descolonial, procurando agregar diferentes concepções teóricas e filosóficas ao redor de um alicerce, o antirracismo, cujos agenciamentos epistêmicos, desdobramentos, e os deslocamentos, possuem a finalidade de estimular raciocínios sobre nossas utilizações e interpretações de modelos do pensamento negro, bem como sobre a primordialidade da composição de atuais conexões intelectuais na construção do conhecimento. Entrementes, no final desta dissertação, cabe a nós assinalar o caráter político de tal escolha (o antirracismo como nossa constante), assim como uma premissa a congregar, em distintos níveis: o lugar de epistemologias e metodologias negras em nossas produções e difusões de conhecimento.

Desde que publicado esse trabalho acadêmico, temos convicção que um público mais amplo passará a recorrer por meio de pesquisas acadêmicas, e à partir dela, apre(e)nder a ideia de que o lugar importa, isto é, o lugar desde o qual produzimos e

difundimos conhecimento; o lugar desde o qual compreendemos e enunciamos o mundo, assim como o lugar desde o qual escutamos e apre(e)ndemos os lugares outros deste mesmo mundo. Bem como o Pensamento Negro Descolonial: que se conceitua como enunciar desde um lugar negro descolonial, em busca de aprendizados e conhecimentos coletivos, à luz de epistemologias e metodologias às quais o lugar importa.

Me escuta quem cê acha que é ladrão e puta Vai me dizer que isso não, não te lembra Cristo? Me escuta quem cê acha que é ladrão e prostituta Vai me dizer que isso não te lembra Cristo? (2x) Eles querem um preto com arma pra cima Num clipe na favela gritando: Cocaína! Querem que nossa pele seja a pele do crime Que Pantera Negra só seja um filme Eu sou a porra do Mississippi em chama Eles têm medo pra caralho de um próximo Obama Racista filha da puta, aqui ninguém te ama Jerusalém que se foda, eu tô à procura de Wakanda, ah (Baco Exu do Blues, 2018).

Nos versos acima, é plausível compreender um pouco da complexidade que é crescer e se entender como negro homem no Brasil. Porém, aqui consideramos importante discutir as criações ou criaturas que fomentam esta realidade: os conceitos de “raça”, “e fabulações”, “prejulgamentos” e “fetiche.”

Coabitamos em uma sociedade em que a harmonia das relações afetivas e a democracia racial são fábulas, e em que informações de uma presumida semelhança racial ainda permanecem no senso comum. Acentua-se pouca concepção sobre como essa linguagem vai se criando, se recriando e se comprovando nas relações pessoais, privadas. Conceber procedimentos de microsocialização, como os são os vínculos afetivos, podem nos dizer muito sobre a *performance* das relações raciais brasileiras, por conseguinte, como a colocação e a óptica tanto da mulher negra, quanto do homem nesse processo.

Como supramencionado a afetividade não é apenas elencada pelo sentimento/amor, também não pode ser provada satisfatoriamente por seu viés economicista/utilitarista. Há nessas escolhas privilégios étnicos, políticos, culturais, e sociais que merecem ser objeto do arbítrio sociológico. Os vínculos amorosos são também estipulados por perspectivas advindas de uma organização social racista, machista e preconceituosa e se explicam tanto pela história subjetiva das mulheres negras e

homens negros, quanto pelo histórico-social em que o contexto de suas vidas estão incorporados.

Do mesmo modo, e de acordo com Menezes (2016):

A escola tem função formadora, e, portanto, os currículos hegemônicos de controle precisam ser modificados reconhecendo a educação multicultural e antirracista, a necessidade de formação continuada e o reconhecimento da dívida histórica do Estado com os negros deste país, podendo proporcionar caminhos na construção de uma sociedade sem preconceitos, mais justa e que respeite e valorize as diferenças.

Se acrescentar que, a escola, enquanto instituição responsável pela transmissão do patrimônio cultural da humanidade possui um papel relevante na socialização dos saberes e das práticas relacionadas à diversidade. No entanto, no contexto educacional, temas como racismo, sexualidade, diversidade são regulados por preceitos morais e, portanto, mantidos sob uma ótica sexista e heteronormativa, em que prevalece o caráter biológico aos aspectos sociais e culturais, que tanto influenciaram as relações de gênero.

Dessa forma a escola é o local das diversidades sociais, recebendo alunos advindos dos mais diferentes ambientes, com culturas e experiências de vida diferenciadas, pois é nela que se agrupam diferentes culturas e as mais diversas demonstrações de saberes, necessitando ser acolhidos, respeitados e educados da mesma maneira, sem nenhuma distinção sendo a escola o ambiente responsável e imparcial, e o professor o agente transformador para estabelecer a equidade, a inclusão.

Destaca-se ainda que além da condição histórica e cultural, que traz desigualdade social às minorias, ressaltamos um fator de segregação que torna ainda menos inclusivo o contexto escolar, que é o preconceito. De acordo com algumas pesquisas na área, estas revelam que de alguma maneira, “todos são preconceituosos”.

Tanto o “ser branco” quanto o “ser negro” são construções sociais. O negro é produto do racismo, “sobredeterminado pelo exterior”, diz Frantz Fanon. O

negro faz-se humano com a negritude e com a consciência negra, que constituem a reação, intelectual e política contra as condições impostas a ele pelo racismo (ALMEIDA, 2019, p. 77).

Os personagens da sala de aula estão ativamente interagindo uns com os outros e esse movimento intenso de trocas dinâmicas tem suas atividades mediadas pelos laços afetivos, iniciados na família e com desdobramentos no contexto escolar. Em ações coletivas permeadas pela cultura, pelos conflitos, pelas vivências familiares e sociais, interagem professores (as) e alunos (as) buscando novos conhecimentos.

Porém, na história brasileira, o Brasil Colonial é a realidade evidenciada, na sua formação, como herança. As relações sociais entre negros e brancos são expressões de uma sociedade de opressores e oprimidos. O homem branco, senhor de escravos, na história da sociedade brasileira, era o detentor do poder e pertencente à elite dominante. O homem negro, por sua vez era a força de trabalho utilizada nas lavouras, mineração, nas atividades agropastoris, nos trabalhos domésticos, no transporte de liteiras e carruagens, enfim em todo o trabalho pesado. Eram tratados e comercializados como mercadoria (SOUZA, 2000).

Nas práticas discriminatórias, que correspondem aos preconceitos postos em ação, as diferenças são transformadas em desigualdades, socialmente percebidas como as relações estabelecidas entre indivíduos e grupos sociais. Assim no tempo da escravidão no Brasil, assim na atualidade (MADUREIRA, 2007).

Portanto, é fundamental considerarmos – seja no âmbito da pesquisa ou no âmbito das intervenções em diferentes contextos sociais – tanto a dimensão histórico-cultural como as bases afetivas dos preconceitos. Ou seja, a escravidão foi abolida de acordo com a lei, mas permanece ainda nas atitudes do povo brasileiro. As desigualdades são evidenciadas pelas expressões que discriminam, algumas vezes de maneira sutil e outras de forma explícita, tais como: “Negro de alma branca”; “cabelo ruim”; “quando negro corre na frente é porque a polícia está atrás”; “é preguiçoso? Só pode ser preto”.

Se evidencia atualmente que o *bullying* é uma espécie de violência entre pares que possui algumas particularidades específicas como um episódio de agressões verbais e/ou físicas premeditadas, feitas de maneira insistente a um alvo delicado, com a presença de um público e acobertada aos olhos das jurisdições (autoridades jurídicas), diferenciando a manifestação (fenômeno), diante, dos demais tipos de violências/agressões que contaminam de certa forma, a sociedade e o ambiente escolar. As primeiras reflexões sobre o *bullying* no Brasil se iniciaram com os estudos de Fante (2005).

Isto posto, em lugares onde impera o pavor unilateral, relações autoritárias e situações em que os alunos se sentem marginalizados e sem direito a voz e a vez, resultam no desenvolvimento da submissão, de situações de preconceitos e até mesmo do *bullying*, um tipo de violência que vem evoluindo diariamente. Nessa prática, as manifestações de selvageria envolvem agressões físicas, verbais e psicológicas, e ameaças, causando, tanto aos agressores quanto às vítimas, perdas que podem se tornar irremediáveis do ponto de vista psicológico. E, em casos de extremos confrontos, podem levar ao suicídio (PEREIRA, 2012).

Na óptica da psicologia moral, as práticas de ameaças sistemática que acontecem entre os pares, não são conceituadas como assédio moral e sim como *bullying*. Desse modo, é possível perceber na escola, as relações violentas que acontecem entre alunos e professores ou entre alunos e funcionários, nesta situação se é referida à perspectiva de assédio moral.

Assim como em situações de *bullying*, Delefosse (2018) indica que os agentes escolares envolvidos em situações de assédio, apresentam uma experiência escolar negativa. A percepção desse ambiente será responsável, portanto, pela manutenção de um clima escolar positivo ou negativo.

Ao conjecturar acerca das características semelhantes e distintas entre tais práticas de violência a partir da perspectiva teórica adotada, destacamos, no quadro a seguir, elaborado por Knoener (2019), a comparação das duas formas de violência:

Quadro 2 – *Bullying* e assédio moral: Similaridades e diferenças (Perspectiva Psicológica)

BULLYING	ASSÉDIO MORAL
Causa humilhação e sentimento de inferioridade no alvo.	Causa humilhação e sentimento de inferioridade no alvo.
Afeta as representações que o sujeito tem de si.	Afeta as representações que o sujeito tem de si.
O <i>bullying</i> tem necessidade de cometer suas ações diante de um público que, muitas vezes, aquiesce às ações, ainda que com seu silêncio e inação. Portanto, as ofensas ocorrem de forma mais aberta, podendo ser contempladas pela coletividade dos pares (embora longe da autoridade).	Costuma caracterizar-se por ações mais tênues e em circunstâncias quase que encobertas. As agressões normalmente ocorrem de forma discreta. Pode passar despercebido pela maioria das pessoas porque o autor das agressões não tem a necessidade de ser visto pelos outros para garantir o poder (o poder já está garantido na hierarquia institucional).
Ocorre o desequilíbrio de poder entre pares. Não há hierarquia de poder instituído.	Praticado por um agente em condições favoráveis. Diferença hierárquica de poder instituído sobre o seu alvo.

Fonte: Knoener, 2019.

Dessa forma, se tratando da qualidade das relações cotidianas nas instituições educacionais, o meio abrange numerosas dimensões que estão pertinentes tanto às aprendizagens escolares (indisciplina, motivação, rendimento, etc.), quanto às relações sociais, como conflitos, violência, vandalismo, dentre outros (WREGGE, 2017).

Mencionadas acima as propriedades dos dois tipos de violência relevante, notamos o quanto a falta de reconhecimento a valores morais são totalmente prejudicial nas relações entre as pessoas. Assim, torna-se possível pensarmos o *bullying* e o assédio moral como dilemas morais que se manifestam quando valores como o respeito, a generosidade e a convivência são deixados á parte, ou seja, de lado.

Os negros não querem ser meramente incluídos, integrados a uma sociedade que secularmente os exclui, desqualifica. Querem receber educação que lhes permitam assumir-se cidadãos autônomos, críticos, participativos. Rejeitam, eles, educação de baixa qualidade, direcionada para docilidade, obediência, negação e desconhecimento de suas raízes africanas (SILVA, 2004, p. 387).

As desigualdades estavam fundadas em vários pilares: desigualdade étnico-racial, de classe social, de gênero, de raça, entre outras. São marcadores sociais que dão espaço à discriminação e a construção de valores distorcidos que afetam enormemente o contexto escolar, por ser nesse lugar um ambiente fértil às manifestações do preconceito, ou seja, às práticas discriminatórias.

Segundo Alves (2019), diante das falhas no processo de aferição dos saberes, competências e habilidades exigidas pelas políticas públicas educacionais nacionais para inserção dos educandos na sociedade capitalista e globalizadora, inclusive da capacidade de reflexão crítica sobre o passado e presente em diferentes contextos sociopolíticos econômicos e culturais.

[...] Percebe-se, assim, que, no meio escolar, tem persistido o exercício docente de um professorado despreparado e descapacitado, que vem transmitindo aos seus educandos muito dos paradigmas eurocêntricos e imagens estereotipadas sobre os africanos e os afro-brasileiros que embasaram sua formação básica e docente, presentes, também, nos livros didáticos que servem de principal fonte de informação para ele e seus alunos. Tal problema tem contribuído, por sua vez, para a perpetuação da desinformação sobre as populações negras e indígenas, e, conseqüentemente, para a veiculação de estereótipos e preconceitos que historicamente se construíram em torno das temáticas das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, dificultando, portanto, a implementação de uma educação para as relações étnico-raciais e culturais na qual, segundo as políticas educacionais brasileiras vigentes, deve se pautar a formação dos educandos brasileiros (ALVES, 2019, p.124).

Gestores escolares têm papel essencial nas transformações que precisam acontecer para combater os contrastes educacionais da atualidade adentrando cada instituição escolar. Transferir esse pensamento público do quanto preconceitos ou mesmo atos por vezes involuntários podem estar confinando a capacidade de determinados grupos pode ser um dos primeiros movimentos em busca de um comprometimento por

mais igualdade. O progresso de feitura de atos relacionados ao enaltecimento da diversidade racial é também de suma importância, para, a discriminação, o preconceito e o seu resultado negativo sobre o bem-estar e o aprendizado dos educandos.

Neste ínterim, onde a presença negra em nossa sociedade é vista de forma concreta pelos olhares dos que estudam a espécie humana (antropologia) e a seu contato social se amplia à partir de políticas propagadas, sentenciando-os a sua “eterna” condição de segregação social.

As aprendizagens sociológicas que vem a perdurar decorrente a este momento deslocam-se a “desprezar” a especificidade do ser humano negro e tratando-o na generalização de políticas mundiais vêm na revolução brasileira a solução para o Brasil, quebrada com o nascimento do Teatro Experimental do Negro e a inserção de Guerreiro Ramos (sociólogo e político) nesta organização, como figura de grande relevo da ciência social, o qual passa a rever suas próprias convicções como a sua situação de negro brasileiro, em seus estudos a questão racial tornou-se de grande relevo desconstruindo a visão do negro como objeto e criando o debate sobre negro vida, ou seja, o negro como ser humano.

O negro tem sido estudado, no Brasil, a partir de categorias e valores induzidos predominantemente da realidade europeia. E assim, do ponto de vista da atitude ou da ótica, os autores nacionais não se distinguem dos estrangeiros, no campo do apreço (RAMOS, 1954. p. 39).

Encontramos ainda no interior deste Estado, a produção sistêmica de uma legislação, que sobre as influências eurocêntricas dos conceitos racialistas e eugênicos, têm como papel fundamental a criminalização do elemento negro e sua cultura, podendo encontrar no referido período associações eugenistas, como também em um breve estudo, o seu papel influente na sociedade e nas instituições governamentais, ou seja, no aparelho do Estado brasileiro.

Envolve apreender os motivos pelos quais estão sendo problematizados determinados modos de entendimento do mundo. Implica em fazer uma análise sociológica da teoria social (LIEDKE, 2007. p. 266).

Busca-se aqui apreender dentro da conjuntura da época o debate promovido principalmente pelo autor referencial, mas, sem deixar de dialogar com seus comentadores e outros cânones da nossa literatura e sua atualidade ao que se refere a estruturalidade do racismo, bem como, a necessidade de um giro decolonial, em uma análise sociológica para uma redefinição de nossa teoria social.

]

4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, objetiva-se apresentar a caracterização do *locus* da pesquisa, os resultados e a análise dos dados que foram categorizados para melhor apreensão da realidade. Na pré-análise se dá a fase organizacional. Tem como objetivo realizar um sistema das ideias e propostas iniciais. Possui 3 missões: escolha dos documentos, formulação das hipóteses e elaboração dos indicadores que fundamentarão a interpretação final (BARDIN, 2011).

Ressalta-se que os dados empíricos foram coletados por meio de leituras bibliográficas, pesquisas online, documentários, entre outras fontes. Conforme exposto na metodologia, toda a dissertação posterior à realização da coleta de dados, as mesmas foram transcritas, conteúdo organizado e analisado. Utilizando-se a técnica de análise de conteúdo, os dados foram categorizados em cinco Eixos.

Na fase da análise, ocorreu o processamento dos dados, para facilitar sua interpretação e compreensão. Requer técnica e seriedade sobre os dados, pois lida com o respeito sobre a ideologia e a identidade do sujeito, livre de julgamentos e falsas convergências. Centra-se nas primícias das respostas, dentro da lógica e coerência, que revela o “escondido” e as suas subjetividades ímpares, tanto da visão de mundo pessoal e coletivo das participantes. Ao utilizar a técnica de análise de conteúdo, o pesquisador possibilita uma análise profunda da mensagem da matéria-prima sobre a principal etapa do aprofundamento da pesquisa empírica, em que os dados são categorizados, gerando descrições e interpretações. Bardin (1977) conceitua a análise de conteúdo como o reflexo da junção do processo metodológico, lapidada ao discurso transformado.

A terceira e última fase se cumpriu com a avaliação dos resultados já relacionados e categorizados e posterior realização de correlação das categorias com marcos teóricos que permitiram embasamento para o corpo do estudo (busca de artigos

científicos e teses através de palavras-chave) o que possibilitou uma fundamentação teórica e deu norte ao desenvolvimento de críticas e sugestões, cumprindo assim o processo final da análise.

Quadro 3 – Principais fontes utilizadas nesta dissertação para a revisão bibliográfica e documental:

TÍTULO	FONTE	AUTORIA E DATA	ENDEREÇO	CONTRIBUIÇÕES
Os negros na legislação educacional e formal no Brasil	Revista Eletrônica de Educação	ALMEIDA, M. A. B. ;SANCHEZ L. Ano: 2016		Educação formal, ética e legislações sobre os negros do Brasil
Um olhar sobre o ensino de história escolar e suas funções sociais no contexto das políticas públicas do Brasil democrático	: http://www.periodicos.ufes.br/cn-africab/article/view/21861	ALVES, L. C.; CARVALHO, J. V. C. ; COELHO, M. C. de R. Ano:2019	Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM. Vitória	Para o ensino da História escolar, no contexto das políticas públicas do Brasil. - contribuiu tanto para a formação desses profissionais quanto para a potencialização de seu entendimento acerca do papel da educação, que tem se

				pautado pela promoção da igualdade e pelo fortalecimento das identidades e dos direitos.
Análise de conteúdos	-	BARDIN L. Ano:1977	-	Análise de conteúdos para trabalhos acadêmicos
Lei 10.639/2003		MENEZES, J. B. Ano:2016	Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM. Vitória	Diversidade cultural e enfrentamento do preconceito racial dos negros.
BRASIL.Lei 9394/1996	.	Senado brasileiro Ano:1996	-	Modalidade educação escolar, da rede regular de ensino
BRASIL. Portaria Normativa nº4/2018		Senado Brasileiro Ano:2018	-	regulamentação do procedimento de heteroidentificação complementar para autodeclaração dos candidatos negros em

				concursos públicos
Faces da Desigualdade no Brasil	-	CAMPELLO T. Ano:2017	Brasil: CLACSO/FLACSO/Agenda igualdade	Visão da desigualdade no Brasil
Ideologia e educação	-	CHAUI, S. M. Ano:2016	-	Conceitos de ideologias educacionais
Censo 2019	.	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Ano:2019	-	Dados educacionais referentes a população negra no Brasil.
Uma abordagem das noções de raça, racismo e etnia	Acesso em: 05/06/2021.	MUNANGA, K.abenguele Ano:2003	Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação- PENESB-RJ	Conceito e discussões sobre:raça, racismo e etnia
O mito da democracia racial: contexto histórico brasileiro e a construção do racismo no Brasil		NEVES, J. P. S., & Silva, M. A. M. da Ano:2019	Revista Educar Mais	Contexto histórico brasileiro e a construção do racismo no Brasil
A política de cotas na educação superior: as (a) simetrias entre o acesso nas	-	RITTER, C. Ano:2018	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.Porto	Cotas na educação superior designado para a população

universidades federais e o desenvolvimento social brasileiro			Alegre	negra.
Escola e Democracia	-	SAVIANI, D. ano:2012	-	Por uma escola democrática
. Um olhar sobre o clima escolar e a intimidação: contribuições da psicologia moral.	-	WREGGE, M. G. Ano:2017	Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Ano:2017	Moralidade educacional

1824 – Constituição Imperial

1854 – Reformas Couto Ferraz e publicação do Decreto de nº 1.331 que rezava: Educação primária e secundária gratuita padronizada, formulada a primeira legislação, tratando da educação de negros livres (ALMEIDA SANCHEZ, 2016).

1871 – Lei do Ventre Livre, o governo brasileiro passou a considerar a educação escolar de crianças nascidas de negros livres e partindo das leis das políticas

públicas buscou recursos e locais públicos para a escolarização das nascidas de mães escravas (GONÇALVES SILVA, 2000).

1879 – Reforma educacional do ensino fundamental e médio de Leôncio Carvalho, decidiram acabar com a proibição de entrada de escravos nas escolas públicas.

1911-Reforma de Rivadavia Correa sob aprovação em exames e taxas escolares impede grande parte da população em instituições oficiais (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016 citando - GARCIA, 2007).

1931 – Fundação da Frente Negra Brasileira (FNB) que visava promover a integração do negro em todas as classes da sociedade. Por isso atuava nas mais diversas áreas, promovendo política, cultura, alfabetização e educação.

1934 – Constituição de 1934, que instituiu a educação escolar Obrigatório, mas não determinado a ser fornecido em agências oficiais, portanto, o movimento negro desse período está autorizado a realizar atividades educativas é totalmente parte da organização.

1937 – 1945 – Estado Novo: as atividades educacionais e culturais do movimento negro e dos partidos políticos e outras organizações foram obstruídas, deu-se uma tomada de decisão do estado sobre a educação, e tem-se uma unificação onde resultou o Ministério da Educação e Saúde (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016).

1944 – Fundação do Teatro Experimental Negro (TEN) com objetivo de enfatizar o status dos negros no drama e retirar o papel dos negros dos personagens em quadrinhos.

1946 – Carta Constitucional de 1946, a Declaração de Defesa Nacional da Democracia foi publicada, a qual buscava inserir as demandas do movimento negro na nova constituição. Porém, devido à falta de apoio parlamentar, sob o motivo de que “rareavam no texto, modelos reais de discriminação racial no Brasil” (GONÇALVES; SILVA, 2000 citando NASCIMENTO, 1981, p. 2), a proposta não foi aceita.

1950 – Thales de Azedo edita a obra “As elites de cor: um estudo de ascensão social”.

1968 – Ato Institucional Número Cinco: inaugurou o período mais sombrio da Ditadura Militar, além de ter reforçado o autoritarismo do presidente; importantes líderes negros foram assassinados ou exilados do país, como Abdias do Nascimento, que viveu nos Estados Unidos há quase 13 anos. Nesse período, falar sobre racismo era considerado um ato de marginalização contra a identificação nacional.

1970 – Movimento Negro Unificado, como uma organização de atividade política que vem atuando em múltiplos campos desde a sua constituição, tendo este como um de seus eixos de pretensão, à igualdade de direitos, valorização e respeito das diferenças, sendo que a educação precisaria rechaçar a desigualdade racial (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016).

1986 – Assembleia Nacional intitulada “O negro e os Eleitores”, desta forma elaboraram-se recomendações específicas para incluir a condição dos negros na

legislação nacional, requisitos como: usar a educação como meio de combate ao racismo, respeitar e valorizar a diversidade e a obrigação de ensinar história negra no Brasil.

1988 – Constituição Federal de 1988, considerada aqui um marco no trâmite inicial de garantia de direito à educação da população negra.

1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/1996, na qual preconizam ideias de sistemas educacionais inclusivos.

2003 – Lei 10.639/2003, que propõe a inclusão do negro e do índio, no Brasil, sob uma nova perspectiva reconhecendo sua importância, reconhecendo as suas histórias.

2004 – o MEC instituiu uma secretaria específica, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), determinadamente imbuída de articular, entre outras questões, a diversidade através das políticas educacionais.

2004 – Lei Federal nº 11.645/2008, tem um intuito de, por meio do estudo da História e Cultura da África e dos Povos Indígenas, garantir uma maior equidade de oportunidades que alterem a situação de desigualdade e possibilidade de incluir a população negra nos segmentos mais dinâmicos da sociedade como um todo, dispondo de um domínio institucional que a marginalidade e os quadros eurocêntricos que foram historicamente reproduzidos e legitimados se estagnem.

2008 – Lei nº 11.645/2008 que inclui a questão indígena nos currículos escolares.

2012 – Lei nº 12.711/2012, que faz parte também da Política de Ação Afirmativa de recorte étnico e racial na educação dos negros.

2018 – Orientação três da Normativa nº 4 de abril de 2018 (BRASIL, 2018) que designa a constatação da autenticidade da auto alegação do candidato que se denominar negro para concorrer pelo sistema de cotas

Esta dissertação obteve os resultados, por meio de análise dos dados mediante a coleta dos referenciais bibliográfico-documentais das seguintes categorias:

- Diversidade cultural étnico-racial – preconceito
- Políticas públicas de educação dos negros no contexto escolar
- Processos de Inclusão étnico-racial no contexto escolar

Nesta lógica supracitada acima destas categorias, vimos o enfrentamento de uma “batalha” acerca de uma educação não racial e preconceituosa, que oportunize a transformação social através da sensibilização, reflexão e novos paradigmas de um perfil humano dominante que não promove um ensino igualitário e democrático, de fato há de ser incessante e sistematizada. Não podemos nos silenciar enquanto educadores diante de um modelo hegemônico que segrega, recrimina e desaprova ainda censurando, a evolução da edificação de uma identidade negra, de crianças e jovens negros, diariamente nas instituições educacionais, deste país. Há de se fomentar o papel do ator social da população escolar na luta contra todas as formas e apresentações racistas.

Nessa perspectiva, assim como as identidades nacionais se desenvolveram a partir da colonial e violenta imposição de uma homogeneidade racial justificada por uma inverídica concepção de igualdade entre os indivíduos, a escola também se desenvolve sob a ideia mítica de uma infância e uma adolescência homogêneas e desterritorializadas – nomeadas/inventadas inclusive como alunos, como abordado por Sacristán (2005) - que deveriam responder aos padrões, normas, atitudes e

conhecimentos, a partir de um padrão de poder-saber. Assim, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a escola é aberta e oferecida para todos, ela também cumpre um papel de homogeneizar e padronizar conhecimentos, valores, culturas, economias e espaços. Essa foi a proposta por detrás do projeto de uma 'escola pública igual para todos, direito de todos os cidadãos'. Não há, portanto, nesse projeto de educação, espaço para a defesa do direito à diferença e, assim, de uma cidadania para todos e para cada um. Ao contrário, nele é verificada uma imposição cultural, através da naturalização de um determinado perfil de grupo social: homem, branco, europeu, proprietário; o que revela a dimensão colonial da educação institucionalizada, perspectiva que é reiterada a partir da verificação das consequências causadas por este modelo: a exclusão e a discriminação dos grupos sociais que não coincidem com o referido padrão, e assim, a perda do direito desses coletivos a uma educação que vá ao encontro de seus interesses e necessidades. Dessa forma, a escola acolhe e inclui os estudantes oriundos das camadas populares, as crianças e jovens negros, indígenas, camponeses, moradores de ocupações urbanas numa proposta de 'educá-los, de salvá-los, de aculturá-los, de civilizá-los'. E, ao mesmo tempo, ao submetê-los a uma cultura que não dialoga com sua experiência e realidade, ao obrigá-los a seguir padrões de racionalidade que não os seus, os leva ao fracasso e à exclusão dentro da própria escola. A meritocracia ocupa um importante lugar neste projeto de educação. Isto porque é esse paradigma que, ao mesmo tempo, encobre as histórias de dominação e subordinação denunciadas pela perspectiva decolonial; e que justifica os 'fracassos' escolares de determinados sujeitos e/ou coletivos sob a égide de que "tais foram incluídos no sistema educacional formal, mas não fizeram por merecer este lugar, não estando, portanto, aptos ou preparados para ele".

A sociedade brasileira é identificada por uma diversidade cultural, resultante do seu processo histórico assinalado pela miscigenação de diferentes povos. Neste ínterim, apesar dos esforços, o país ainda assegura enraizado em sua cultura, princípios e olhares que desclassificam a população afrodescendente, sua gênese, seus costumes e suas características físicas. A cultura compreendida como um sistema acessível e ágil é fomentadora de um saber grupal, propagado através das

gerações, que institui o ser humano, e que é instituído por ele (MADUREIRA & BRANCO, 2012).

Na linha da discussão acerca da diversidade cultural inúmeras tópicos representam peculiarmente as diferentes culturas, como a linguagem, as tradições, a culinária, a religião, os costumes, o modelo de organização familiar, a política, entre outras características próprias de um conjunto de seres humanos que habitam em uma específica área.

A diversidade cultural é uma concepção criada para assimilar os métodos de discernimento entre as múltiplas culturas que se encontram em torno do mundo. As inúmeras culturas constituem a convocação da identidade cultural de cada indivíduos ou de uma sociedade; uma “marca” que personaliza e diferencia os membros de determinado lugar do restante da população mundial.

Nesta linha de discussão, assimilar a identidade negra é interpretar como a negritude foi caracterizada no decorrer os anos e as consequências e as que configurações provocaram na forma como o cidadão negro compreendeu a si próprio, suas experiências de rotina diária e o mundo social ao seu redor. A história brasileira é marcada pelo colonialismo, no qual os povos europeus estabeleceram seus valores e crenças sobre os demais povos. Por conseguinte, desde aquela época, tudo aquilo que se translada dos parâmetros estabelecidos pelos europeus (como, por exemplo, padrão de beleza/ pele branca, traços do rosto finos, cabelo liso; religião católica, vestimenta característica) sofre preconceito e segregação (MARQUES, 2018).

Diante dos apontamentos supracitados, torna-se importante novamente ressaltar, o conceito da palavra “Preconceito”. Este esclarece acentuar que é um parecer preconcebido, que se revela numa conduta hostil perante indivíduos, crenças, vivências e índoles de comportamento. É um pensamento produzido previamente e que não apresenta justificativa lógica ou crítica.

Isto posto, o passado escravocrata fez com que essa segregação, se manifestasse de forma mais ofensiva contra os negros, por meio de violências objetiva ou figurativa (NEVES; SILVA, 2019).

Cabe ressaltar, que há uma imensa edificação figurativa negativa referente ao grupo étnico-racial negro na cultura brasileira, resultante dessa estrutura histórica de negação, desprezo e medo do todo que se associar propriamente à riqueza da ancestralidade africana. Diversas vezes, essa construção se manifesta por meio do racismo, processando-se de forma imperceptível e encoberta ou de forma evidente e nítida, como no erguimento da crença da democracia de cor, que contradiz a presença do racismo e contribui para a continuidade de práticas discriminatórias e para a não realização de políticas de ações afirmativas para a população dos afrodescendentes.

Os resultados atestam claramente que o preconceito, caracteriza nitidamente o resultado da incivilidade das pessoas, que se aprisionam às suas ideias pré-concebidas, ignorando outros pontos de vista. Na maioria dos casos, as atitudes preconceituosas podem ser manifestadas com fúria e agressividade.

Destarte, a construção da personalidade negra ocorre pela percepção do negro equivalente si próprio, pela forma como a sociedade e a cultura representam os negros e da sua relação com as demais pessoas negras em seu momento histórico. Nesta perspectiva, a cronologia temporal brasileira é assinalada por um decurso escravocrata e colonial, no qual o português exigiu as suas crenças e os seus valores sobre as demais nações. Seguindo mais além, para autora Souto (2020), os colonizadores pressionaram delimitações entre os povos por meio da feitura de categorias hierárquicas, nas quais os europeus eram os civilizados e desenvolvidos, em contrapartida as populações indígenas das Américas e os africanos escravizados eram como raças não humanas.

Por conseguinte, essa metodologia de insensibilização servia de fundamentação para inúmeras ações desumanas e se encontra intimamente acessado aos procedimentos raciais atuais (SOUTO, 2020). Dessa forma, desde o princípio da história brasileira, as referências e valores eurocêntricos proporcionaram visibilidade

e o excedente desses padrões que não se enquadra neles, sofre preconceito e discriminação. Nesta lógica, as qualidades físicas do negro, principalmente a textura dos cabelos, o formato do nariz e da boca e a cor da pele são amplamente rotulados, desconceituados e humilhados (MARQUES, 2018).

Na perspectiva teórica adotada, para a maioria dos cientistas brasileiros, assim como para alguns pesquisadores norte-americanos, o racismo no Brasil é “mais favorável” do que nos Estados Unidos, visto que aqui não houve segregação racial burocrático, assim como não houve improbabilidade/proibição com relação aos matrimônios inter-raciais, o que facilitou a subsistência de um maior número de mestiços e, efetivou-se, uma diluição do preconceito racial e das fronteiras.

A partir da década de 1970, pesquisadores afro-americanos (HANCHARD, 2001) e alguns militantes negros passaram a cogitar que o racismo no Brasil era pior do que o existente nos Estados Unidos, já que a situação racial no Brasil impossibilitou que os negros-mestiços amplificassem uma consciência racial.

A abolição da escravatura foi uma metodologia importante, mas não satisfatória para a descolonização das sociedades. Descolonizar a partir do espaço-tempo da experiência brasileira seria assim produzir os meios, as relações, os conceitos, as redes, os discursos, as tecnologias, as linguagens para agirmos contra as formas de colonialidade e pós-colonialidade do poder/saber. No Brasil, a “independência sem descolonização” reteve os segregados dos espaços de poder social, marginalizados, explorados, negros, econômico, cultural, pardos e indígenas excluídos, político e educativo.

Como forma do exercício da dominação de classe, a eficácia da ideologia depende de sua capacidade para produzir um imaginário coletivo em cujo interior os indivíduos possam localizar-se, identificar-se e, pelo autorreconhecimento assim obtido, legitimar involuntariamente a divisão social. Portanto, a eficácia ideológica depende da interiorização do corpus imaginário, de sua identificação com o próprio real e especialmente de sua capacidade para permanecer invisível. Pode-se dizer que uma ideologia é hegemônica quando não precisa mostrar-se, quando não necessita de signos visíveis para se impor, mas flui espontaneamente como verdade igualmente aceita por todos (CHAUI, 2016, p. 247).

Cabe ressaltar que, passamos de povos analfabetos no século XVI, a povos sem história (contos) no século XVIII, a povos sem cultura no século XIX, a povos sem desenvolvimento em meados do século XX e, agora, a povos sem soberania popular no início do século XXI. Vale evidenciar que passamos dos privilégios dos povos no século VI aos privilégios dos homens no século XVIII e aos privilégios humanos no final do século XX. A teoria do conhecimento branco dos princípios do conhecimento, ao ser regularizada como a epistemologia do senso comum nos espaços acadêmicos, que está inscrita como universalista, objetiva, e neutra.

É preciso diante dos apontamentos supracitados, descolonizar o nosso saber cognitivo, sendo que isso não poderá ocorrer se não formos bondosos, militantes e beneficentes uns com os outros. É preciso desenvolver novas epistemologias e novos processos de conhecimento; é preciso ir além das sociologias das ausências e das urgências, que nos relata os autores citados nesta dissertação. Precisamos, efetivamente, aprender a nos amar, e também amar o próximo como se não houvesse o amanhã, exatamente como nos propõe a banda Legião Urbana. É preciso construir novas formas de relacionamento e de relação fora e dentro do espaço acadêmico.

O crescimento da população que se autodeclara negra é o reflexo dos anos de luta do movimento negro e também do acesso à educação. "A população negra que tem mais acesso ao conhecimento efetivo da história africana e afro-brasileira passa a se ver mais positivamente como negra", diz. Conhecendo sua história, os negros assumem o orgulho da sua cor. (REGIS, 2015).

Ao discutir sobre a importância fundamental da Lei 10.639/2003 em uma sociedade conservadora, como a brasileira, toda Lei de índole antiautoritária e de minoridade só consegue ser aprovada quando feita de forma coativa dos movimentos coletivos, como o movimento de afrodescendentes, que há longos anos vem lutando pela renovação na educação. Ao que se refere à discussão acerca a escola é discernida como o território de confrontos, e na busca desse diálogo que propicia a troca de experiência é, neste estágio que entra as divergências da cultura negra, já sendo acomodada ao currículo escolar, sendo imposto e firmado a partir da Lei, integrado o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, mas sob nenhuma

perspectiva, estes conteúdos poderão ser visualizados como comum incumbência ou meramente como um fardo de conteúdo.

No Brasil, a Lei das Cotas nº 12.711 (BRASIL, 2012) foi sancionada em agosto de 2012, como mais uma das políticas pública de ação afirmativa na educação superior, após mais de um decênio de argumentações e inúmeras controvérsias. Essa legitimidade obrigatória afirmava que as Universidades, Institutos e Centros Federais reservassem 50% das suas vagas para alunos procedentes de escolas públicas. Evidencia-se que nestas instituições educacionais, diante dos apontamentos citados torna-se de fundamental importância reservar um percentual especial atribuído a estudantes negros (autorreconhecidos como de cor “parda” ou “preta”) e populações originárias.

A educação no Brasil é um direito constitucional, garantido a todos. Mais ainda assim, para as crianças negras do país, há desafios particulares que ainda precisam ser enfrentados.

A partir da etapa da análise realizada sucedeu a organização dos dados, para propiciar sua significação e compreensão. Nesta perspectiva apoia-se em Bardin (1977) que se refere a um “[...] leque de apetrechos; ou, com maior rigor, um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (BARDIN, 1977, p. 31). Requisita metodologia e sisudez sobre os dados, pois labuta com a estima sobre os valores e a personalidade do objeto aqui pesquisado, desprendido de pareceres e corrompidas confluências. Permeia-se nos primórdios dos “*feedbacks*”, incorporado no interior das argumentações e racionalidade, sendo exposto o “encoberto” e as suas passionalidades ímpares, tanto do geral dos participantes como da visão individual dos mesmos.

Embora a presença de negros (pretos e pardos) em escolas do país tenha crescido nos últimos dez anos (*veja abaixo*), as diferenças raciais nos índices de educação ainda são frequentes:

- **Evasão:** a proporção de jovens de 15 a 29 anos que não concluíram o ensino médio e não estudavam em 2019 era maior entre pretos e pardos (55,4%) do que entre brancos (43,4%).
- **Anos de estudo:** pretos e pardos têm menos anos de estudo (8,6), em média, se comparado aos brancos (10,4).
- **Reprovação:** é menor a proporção de pretos e pardos que estudam na série correta de acordo com a idade (85,8%). Entre alunos brancos, o percentual é de 90,4%.
- **Analfabetismo:** a falta de acesso à educação é mais frequente também entre negros. O índice daqueles que não sabem ler e escrever é maior na população negra (8,9%), do que na branca (3,6%). Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019).

Em menção a cerca da proporção de alunos pretos e pardos na Educação Básica, em dez (10) anos de diferença, houve um aumento significativo do quantitativo dos alunos negros. Em 2009 tínhamos 28,06% e no ano de 2019 o percentual aumentou para 39,2 (CENSO ESCOLAR, MEC, 2019).

Outro fator de destaque, atualmente por meios de pesquisas ressalta-se também que o percentual de alunos negros e pardos no ensino superior subiu para 38,14%, segundo o Censo do Ensino Superior, do MEC. Ainda assim, há desigualdades. Dos 3,2 milhões de alunos pretos e pardos na graduação em 2019, a minoria (882.977) estudava em instituições públicas. A maior parte, 2,3 milhões de alunos, estudava na rede privada (MEC, 2019).

Salienta-se que o método é aplicado por meio de técnicas que têm como objetivo a descrição do conteúdo bibliográfico e documental a ser codificado, por meio textual. Portanto, a técnica é segmental de modo ordenado, que permite a busca de dados, facilitando a inferência de informações; por meio da abordagem apresentada pela análise de conteúdo (BARDIN, 1977; FRANCO, 2007).

Frente as indagações dos autores, a escola deve oferecer possibilidades de empatia diante dos alunos negros, com os estudos de novos paradigmas que envolvem diálogo, paciência e tempo, gerando um cenário escolar que ofereça a conexão de novas aprendizagens, expectativas e olhares sobre o confronto que envolve os erros, oportunizando experiências de criação coletiva de uma nova ordem que aplica novos aspectos para o conhecimento assimilado, na procura por uma sociedade em que a existência do outro tenha o seu reconhecimento garantido e civilizado pelos seus sujeitos em evolução, na instrução resignada de um público para a interação nas instituições escolares no Brasil da contemporaneidade.

Entende-se assim, que esta pesquisa poderá contribuir de forma significativa na compreensão e desmistificação do problema do racismo, tendo como base uma revisão ou retificação no desenvolvimento das teorias sociais, como forma de fomentar o real debate do papel do Estado brasileiro na conformação da marginalização, estigmatização e constituição de uma sociedade segregada para as populações não brancas, logo, um racismo estrutural.

Proporcionar a compreensão da persistência das ações afirmativas voltadas para a educação da população negra em nossa sociedade e as suas consequências no que tange a sua estruturalidade em seu contexto escolar, são indagações permanentes favorecem a partir deste estudo, ao mesmo tempo em que, confronta-se com a conformação do pensamento social brasileiro em sua cumplicidade, omissão e passividade diante dos enfrentamentos a necessária superação. Para se afirmar que estas políticas públicas estejam voltadas para uma educação inclusiva, no presente estudo torna-se inaceitável, mediante a compreensão e desmistificação do racismo inculcado em nosso contexto educacional.

As contribuições de vários autores/intelectuais, desta dissertação, buscando se referenciar a realidade conjuntural da linha do tempo desde o período colonial até a presente data, problematiza as narrativas da brasilidade das políticas públicas em sua negação ou não da negritude e da diversidade cultural, do contexto escolar, e da inclusão, bem como as consequências do racismo que explicita a baixa autoestima

do povo brasileiro e de suas classes menores, aqui em especial a população afrodescendente.

Em conformidade com os autores citados neste trabalho dissertativo na produção da pesquisa, visualiza-se com nitidez a realização de uma comunicação intertextual a partir de uma mobilidade dialógica, entre o que podemos contextualizar das leituras com as hipóteses pretendidas, idealizando desta forma a problematização da realidade do pensamento da educação negra não atendido nas teorias universalizantes do contexto escolar, oportunizando assim o apoderamento de atuais conhecimentos que nos oportunize uma evolução decolonial, ou seja, com base na citação da autora Ballestrin (2013), é uma forma de pensar que utiliza essencialmente pelo movimento latino-americano emergente que tem como objetivo libertar a produção de conhecimento da episteme eurocêntrica.

Todavia, não podemos esconder, que lamentavelmente os referenciais bibliográficos e documentais explanados nesta dissertação, não constataram ainda que mesmo com a identificação de vários componentes teóricos, não apontaram os mesmos com o que chamaremos aqui de projeto de antidiscriminação, propagação do racismo e negação das múltiplas etnias, em um processo de harmonia “afroracial” que assegurou e assegura a presença de um racismo, de marginalização, preconceitos, cravado no “miolo” de uma sociedade “embranquiçada” e por esta mesma nutrida até os atuais dias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pesquisado ao longo da investigação desta dissertação sobre os caminhos percorridos historicamente por negros no âmbito da educação formal no Brasil, a instituição educacional estabeleceu-se como tal, em nosso país, introduzida no processo de legalização do poder regido por meio das instituições.

Mesmo assim gera ainda uma imensa dificuldade quanto o acesso e permanência dos negros no sistema de ensino/aprendizagem. Que por meio de ações e políticas públicas nos últimos anos, tem inserido os negros nos espaços de ensino. Após, 130 anos da Abolição da Escravatura, ainda é de suma importância e necessidade que haja medidas para entrada da populações ascendentes de escravos, para conseguir eliminar os obstáculos que o passado consiste em perdurar.

Este regime foi mediado sempre pelos vínculos sociais hierárquicos que, aqui, têm características específicas de preconceito racial, concedida infelizmente a realidade de mais de três séculos de desempenho da escravização de pessoas negras e de seus alongados desfechos sociais.

Diante dessas afirmações ainda, os produtos das ações afirmativas se mostram positivas, além de favorecer maior conhecimento e diversidade de estudo sobre o tema desta dissertação, incluindo as práticas e costumes, que junto com o conhecimento científico se ocupam de paradigmas e princípios essenciais para a vida em sociedade. As ações afirmativas que simbolizam a população negra e afrodescendente necessitam com máximo engajamento continuar ocorrendo, para que as desigualdades sociais e raciais sejam finalizadas, principalmente em um país que possui a maior parte da população que se autodeclara preta ou parda, mas que perpetuam reproduzindo discriminações pela religião, cor da pele, cultura entre outros.

É de grande significância que a escola, em especial a pública, reconheça as diferenças no “outro”, enaltecendo as particularidades e capacidades de cada um,

discernindo a importância do ser humano, defrontando contra os estereótipos, as atitudes de preconceito e discriminação em relação aos alunos negros que são considerados seres invisíveis dentro das instituições educacionais.

Frente aos posicionamentos dos autores, pesquisados torna-se de extrema necessidade que todos tenham clareza de que sempre haverá diferenças, mas podemos considerar a possibilidade de reduzi-las, na medida em que haja interesse de oportunizar uma educação de qualidade a todos. Por conseguinte, deve-se haver uma mudança da realidade com o objetivo de minimizar a exclusão dos alunos, pretos ou pardos do sistema educacional, e sim, incluir no processo educacional, uma instituição que garanta a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, com olhares heterogêneos, repassando os saberes a cada ser humano de acordo com suas potencialidades, reconhecendo e respeitando a diversidade e necessidades de aprendizagem.

Evidencia que se faça realidade e não utopia, ações, metas e objetivos que possibilitem garantir, a remoção de barreiras físicas e comportamentais, o avanço na qualidade da educação, o investimento em uma ampla formação dos educadores, os direitos conquistados a antecipação e provimento de recursos materiais e humanos entre alternativas cabíveis..

Salienta-se ainda que saíamos do discurso formal para uma democracia efetiva. Menos “blá, blá, blá” e mais mecanismos que possam desfazer das estruturas ainda poluídas pela tentação de alavancar a discriminação. Que os instrumentos atuais sejam disponíveis de superarem a tal “nuvem negra” que impossibilita a reorganização do, poder e que possamos transgredir com o silêncio, inclusive dos legistas, em decorrência do preconceito de raça. Que estejamos dispostos a falar das tragédias que seguem vitimando mais negros do que brancos, e verificar com afincos dados estatísticos sobre esta batalha de raças, em todas as classes sociais, de todo o país.

Por conseguinte vê-se a evidência de assumir a existência do racismo e o desafio de derrotá-lo, enfim. Se nos últimos tempos, passamos a falar mais sobre isso, agora é hora de todos entendermos, discernirmos e intitularmos essa realidade. Na

perspectiva teórica adotada nesse trabalho acadêmico sempre existirá divergências e impugnações. Vale ressaltar que sem conflitos, dificilmente será possível evoluir e crescer em conjunto. Ao prosseguir com a análise realizada, o que não é admissível é seguir olhando a questão como algo desimportante na identidade coletiva ou negar o conflito de ideias, a dificuldade das precauções necessárias e a excessiva busca de mudanças estagnada. Dificilmente dá para superar um sofrimento que dói na sociedade, mesmo negada há centena de anos. Sem dar realmente os primeiros passos para vencer essa ruptura, é inesperável que se possa programar qualquer processo dialético que cause modificação concreta no mundo.

De realidades humanas, enfoca-se neste trabalho acadêmico que se pratiquem habilidades de comunicação, mantendo intercâmbios, de relacionar e pensar dialogicamente com distintas culturas. Assim, o estudo de história e cultura afro-brasileira e dos africanos, ao mesmo tempo em que é um espaço de confrontação de significados e ponto de vista, o é também de comunicação, de construção de uma sociedade, que se espera venha a ser democrática, além das intenções. Frisa ainda na presente dissertação que o “silenciamento” diante do preconceito que atinge as crianças negras e pardas, continua atualmente rondando pelo espaço escolar. A educação das relações étnico-raciais tem de manter no bom senso de elaboração de projetos de sociedade em que todos sejam participantes, contribuindo para que práticas sociais produtoras de desigualdades e violência aos povos negros sejam superadas principalmente no meio educacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. B. ; SANCHEZ, L. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, I. C. **Um olhar sobre o ensino de história escolar e suas funções sociais no contexto das políticas públicas do Brasil democrático**. 2019.139 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local). Programa de Pós-Graduação Em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local - Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM. Vitória, 2019.

ALVES, L. C.; CARVALHO, J. V. C. ; COELHO, M. C. de R. “A importância da educação e da história na trajetória dos movimentos negro e indígena brasileiros e a luta destes pela reavaliação do papel do negro e do indígena na história do Brasil”. In: **Anais** do Congresso Africanidades e Brasilidades, Vitória, ES, n. 4, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/cnafricab/article/view/21861>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

AZEVEDO, T. **As elites de cor**: um estudo de ascensão social. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

BALLESTRIN, L. A. América latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**. n.11, Brasília, maio-agosto de 2013, p.89-117.

BEISIEGEL, C. R., (1974). **Estado e educação popular**: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Pioneira. p. 135.

BLUESMAN. Intérprete: Baco Exu do Blues. In: Álbum: BLUESMAN. Intérprete: Baco Exu do Blues, et al. Selo: Independente, 2018. faixa 01. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SoTkm5LkGKg&t=604s>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Editora 70, 1977.

BARROS, S. A. P. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do XX. In: ROMÃO, J. (Org.). **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2005.

BRASIL. Lei 10.639/2003: **Política Pública da Diversidade Cultural e Enfrentamento do Preconceito Racial**. Disponível em: . Acesso em: 04/07/2020.

BRASIL. **Lei nº 12.711/2012**, sancionada em agosto de 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 26 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais**. Disponível em: . Acesso em: 18 de Setembro 2020.

BRASIL. Portaria Normativa nº 4/2018 - **Regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros em concursos públicos**. Disponível em: . acesso em: 06/05/2020.

CAMARGO, E. P. Inclusão e necessidade especial: compreendendo identidade e diferença por meio do ensino de física e da deficiência visual. São Paulo: Livraria da Física, 2016. **Ciência e Educação**. versão impressa ISSN 1516-7313. versão Online ISSN 1980-850X .Ciênc. educ. (Bauru) vol.23 no.1 Bauru jan./mar. 2017.

CAMPELLO, T. (coordenação geral). **Faces da Desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás**. Brasil: CLACSO/FLACSO/Agenda Igualdade, 2017.

CAMPELLO, T. **Desenvolvimento, inclusão social e intersetorialidade:** do orçamento participativo ao Brasil sem Miséria. Brasília, 2017.

CARVALHO, R. **Há racismo no Brasil.** Precisamos de ações afirmativas em favor dos negros. Disponível em: . Acesso em: 11 set.

CHAUI, S. M. **Ideologia e educação**, São Paulo, v.42, n. 1, jan/Mar, 2016, p.247,249,253.

DOMINGUES, P. **Movimento negro Brasileiro:** alguns apontamentos históricos. Tempo, Niterói/RJ, n.23, 2007.

FANTE, Cleo. **Fenômeno bullying:** como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: Verus, 2005.

FONSECA, M. V. **A educação dos negros:** uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2002.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo.** 3. ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2007.

FRIAS, E. M. A.; MENEZES, M. C. B. **Ensaio Pedagógico**, v.7, n.2, Jul/Dez 2017. Disponível em: . Acesso em: 23/06/2020.

FRIAS, E. M. A.; MENEZES, M. C. B. **Inclusão Escolar Do Aluno Com Necessidades Educacionais Especiais:** Contribuições Ao Professor Do Ensino Regular. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>. Acesso em: 23 de Junho de 2020.

FRY, P. 1995-1996. O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a 'política racial' no Brasil. **Revista USP**, 28.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008, p.50.

GONÇALVES, A. Diversidade e inclusão na educação. IN: **IV seminário internacional de representações sociais, subjetividade e educação**- SIRSSE. Paraná, 2017. Disponível em: [arquivopdf2017](#). Acesso em: 21/09/2020.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro/RJ, n. 15, 2000.

GRADA, K. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p.77.

HANCHARD, M. **Orfeu e Poder**: Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo. Rio de Janeiro, UERJ, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORAFIA E ESTATÍSTICA, **Censo 2019**. Disponível em: . Acesso em: 25 ago. 2019.

Jornal da CNN Brasil. Rodrigo Maia. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/06/29/racismo-estrutural-nas-linguas-o-preconceito-em-expressoes-de-uso-corrente>. Acesso em: 06 out. 2020.

Jornal da CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/06/29/racismo-estrutural-nas-linguas-o-preconceito-em-expressoes-de-uso-corrente>. Acesso em: 06 out. 2020.

KNOENER, D. F. **Quando a convivência pede por cuidado**: bullying e assédio moral em ambientes universitários. 294 f. 2019. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2019.

LOPES, J. **Fazer Do Trabalho Científico em Ciências Sociais Aplicadas**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2016.

LÚCIA HELENA ALVAREZ LEITE; BÁRBARA BRUNA MOREIRA RAMALHO ;PAULO FELIPE LOPES DE CARVALHO. Educação em Revista|Belo Horizonte|Dossiê - Paulo Freire: O Legado Global|v.35|e214079|2019 e214079|2019

MADUREIRA, A. F. A. **Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática**. 2007. 429 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MADUREIRA, A. F. A. & BRANCO, A. U. (2012). **As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola**. Diversidade e cultura da paz nas escolas. 125-155.

MAGGIE, Y. 1996. Aqueles a quem foi negada a cor do dia': as categorias cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, M. C., SANTOS, R. V. (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz: CCB. B.

MARQUES, E. P. S. (2018). O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação**, n.23, p.1-23.

MENEZES, J. B. **A Lei 10.639/2003: Política Pública da Diversidade Cultural e Enfrentamento do Preconceito Racial**. 117 f. 2016. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local). Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – Emescam. 2016, p.30.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra**. Petrópolis: Ed.Vozes, 2003.

MUNANGA, Kabenguele. Uma abordagem das noções de raça, racismo e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ,2003. Disponível em: Acesso em: 05/06/2021.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.p. 25.

NEVES, J. P. S., & Silva, M. A. M. da. (2019). O mito da democracia racial: contexto histórico brasileiro e a construção do racismo no Brasil. *Revista Educar Mais*, 3(2), p.158-166. Disponível em: Acesso em:07/07/2021.

PAIVA, V., (1987). **Educação popular e educação de adultos**. 5 ed. São Paulo: Loyola. p.135.

PEREIRA; K. K. Consequências e implicações do bullying nos envolvidos e no ambiente escolar. *Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas*, v. 1, n. 2, p. 1-18, 2012.

PERES, E. T., (1995). “**Tempo da Luz**”: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da biblioteca pelotense (1875-1915). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS. p.135.

PIRES, J. **A questão ética frente às diferenças**: Uma perspectiva da pessoa como valor. In MARTINS, L. A. R.; PIRES, J. ; PIRES, G. N. L.; MELO, F. R. L. V. et AL organizadores. *Inclusão: Compartilhando saberes*. 1 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, p.83-84.

GUERREIRO R., A. **O problema do negro na sociologia brasileira**. Transcrito de Cadernos de Nosso Tempo, 2(2), jan/jun 1954. Republicado em Simon Schwartzman, editor, *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de nosso tempo”*. Brasília, Câmara dos Deputados e Biblioteca do Pensamento Brasileiro, PP. 39-60

REGIS, K.; ROSSI, M. - Mais brasileiros se declaram negros e pardos. São Paulo: *Jornal EL País*. 2015. Disponível em:<https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/politica/1447439643_374264.htm/> acesso em: 06/06/2019.

RITTER, C. **A política de cotas na educação superior: as (a) simetrias entre o acesso nas universidades federais e o desenvolvimento social brasileiro.** 222f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2018.

SACRISTÁN. J. G. **O aluno como invenção.** Tradução de Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SANTOS, L. M. O. O livro didático de história do Brasil: breve panorama. In: **Revista Augustus [online]**, v. 22, n. 43, j a n. / j u n. 2017. R i o d e J a n e i r o, 2017. p. 1 3 4 - 1 5 0. Disponível em: Acesso em: 06 de setembro de 2020.

SAVIANI, D. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação:** significado, controvérsias e perspectivas. Campinas, SP: Autores associados, 2014.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** 42.ed-Campinas,SP. Autores Associados, 2012.p. 3.

SCHWARCZ, L. M. 1995. Complexo de Zé Carioca. Notas sobre uma identidade mestiça e malandra. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29.

SILVA, M.; G. S. **Ensinar História no século XXI:** em busca do tempo entendido. E-book. 4ª ed. Campinas: Papyrus, 2018.

SOUZA, J. G. Freyre e a singularidade cultural brasileira. **Tempo Social; Rev. Sociol.** USP, S. Paulo, 12(1): 69-100, maio de 2000.

SOUTO, L. T. (2020) **Feminilidades e Negritudes nas Telas:** Diálogos entre a Psicologia e o Cinema. (Monografia). Centro Universitário de Brasília,2020.

TREVISOL, J. V.; MAZZIONI, L. **A universalização da educação básica no Brasil: o longo caminho.** Unoesc: Revista Roteiro, 2018.

WREGGE, M. G. **Um olhar sobre o clima escolar e a intimidação:** contribuições da psicologia moral. 155 f. 2017. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.